

PÁGINA 22



INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
CVces

NÚMERO 60
FEVEREIRO 2012

OCUPE PELAS BRECHAS

Como a cultura hacker pode melhorar o mundo

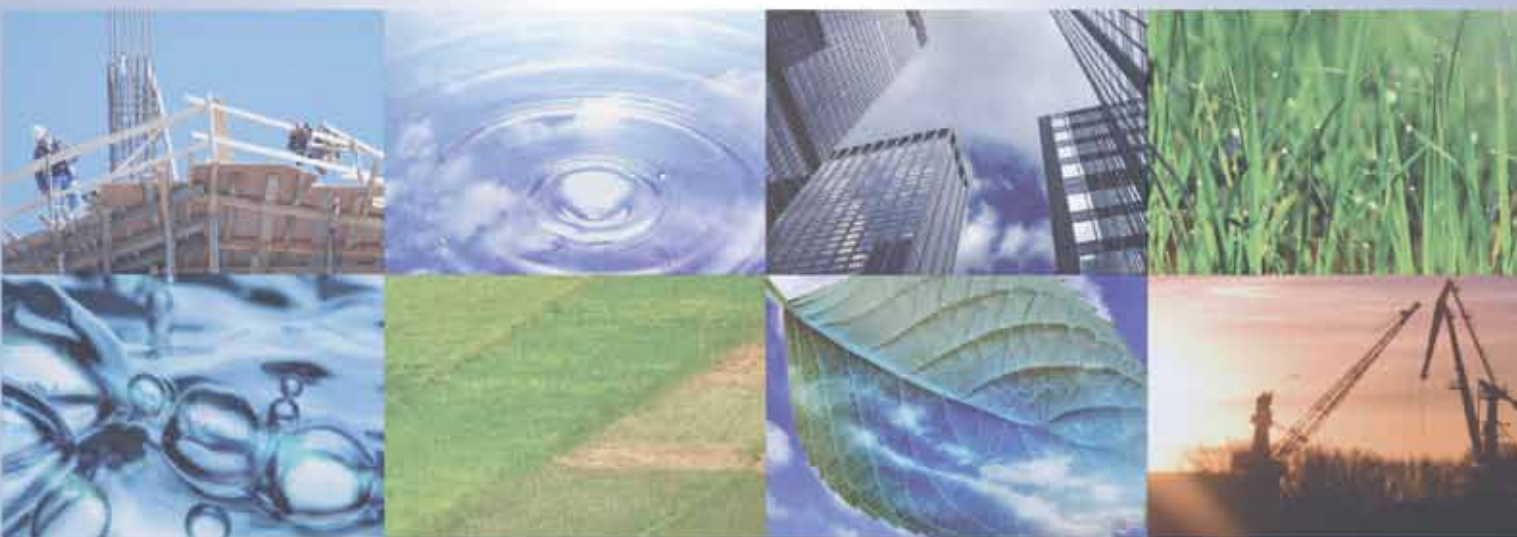
FHC: Em sentido metafórico, a política brasileira morreu
MARCIA TIBURI: Por que a era da imagem nos tornou pós-humanos
BELO MONTE: Um guia desapaixonado para entender a polêmica usina



Evento de Abertura do Ciclo de Atividades 2012

Plataforma Empresas Pelo Clima (EPC)

Venha participar da abertura oficial do terceiro ano de atividades do EPC!



Dia 16 de fevereiro, das 16h às 19h, na FGV-SP (com coquetel)

Palestras e apresentação das atividades 2012

Mais informações no site: www.fgv.br/ces/epc

O EPC é uma plataforma empresarial permanente, com mais de 40 organizações participantes, cujo objetivo é mobilizar, sensibilizar e articular lideranças empresariais para a gestão e redução das emissões de GEE, gestão de riscos climáticos e proposição de políticas públicas e incentivos positivos no contexto das mudanças climáticas.

Inscreva-se em: www.fgv.br/ces/epc
ou pelo email: epc@fgv.br



[EDITORIAL]

Invadir, não. Ocupar

Dos protestos gerados pela reintegração de posse no bairro do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), à indignação contra a possível perda de liberdade na internet, o fio condutor é semântico. E toda semântica é passível de uso político. Enquanto invadir significa espoliar o direito do outro, ocupar implica o direito de estar lá, como bem lembra o cientista político Lúcio Kowarick (em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*). Pinheirinho é invasão ou ocupação? Wall Street foi invadida ou ocupada?

Occupy – a buzzword dos tempos atuais – parte basicamente da indignação, ou desencanto, com o atual estado do mundo. O sistema vigente não trouxe a prosperidade esperada, nem a segurança almejada, nem o equilíbrio necessário. Crises financeiras, ambientais, sociais e econômicas crônicas, entrelaçadas umas com as outras, sinalizam que as estruturas que suportam nossas formas de se organizar precisam ser revistas, modificadas, aprimoradas. Esse é um direito que temos, ou até mesmo um dever.

Encontrar as brechas nessas vigas e ocupá-las é o primeiro passo para melhorar os sistemas de funcionamento da sociedade e sustentar as transformações. É o que se chama de "proposta hacker", objeto da reportagem de capa. Enquanto antigos arcabouços correm o risco de ruir, uma inteligência coletiva, alimentada pelo desencanto, cria sementes de outros espaços, propostas e articulações, em um movimento turbinado pelo espírito da inovação.

Pelas brechas a gente respira e se inspira. Boa leitura!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
SUBEDITORA Carolina Derivi
REPÓRTER Thais Herrero

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Editorial
Dora Dias (edição), Luis Mourão (design)
www.vendoeditorial.com.br

EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA Lucas Cruz
CONCEITO DO PROJETO GRÁFICO Rico Lins
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)

REVISOR José Genuino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina d'Angelo,
Andrea Vialli, Arthur Fujii, Bruna Borges, Carolina Schiesari,
Eloar Guazelli, Gustavo Eiras, José Alberto Gonçalves Pereira
(edição e textos de Economia Verde), José Eli da Veiga,
Leeward Wang, Marcelo Falciano, Regina Scharf,
Rick Brunharo

ENSAIO FOTOGRAFICO RAG

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
CONTATO Bel Brunharo

(11) 3284-0754 / belbrunharo@pagina22.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL

Aerton Paiva, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky,
Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni,
Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por
colaboradores expressam a visão de seus autores, não
representando, necessariamente, o ponto de vista de
PÁGINA22 e do GVces.



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE
DE REFLORAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS
PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

creative commons
PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU
À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A
REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS –
DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

12 ENTREVISTA A filósofa Marcia Tiburi descreve como nos tornamos "pós-humanos" desde a era da imagem técnica, com o advento da fotografia

18 CULTURA DIGITAL Como a proposta hacker, de ocupar pelas brechas, responde ao desencanto com o atual estado do mundo

26 RETRATO Em areias pernambucanas, um registro do eterno retorno nietzschiano

32 ENTREVISTA Para FHC, um engano muito comum é crer que as pessoas preferem o novo. "Elas têm medo daquilo com que não estão acostumadas"

38 DESMATAMENTO A produção ilegal de madeira apropria-se do sistema de fiscalização e o consumidor é enganado. A certificação é uma saída

44 BELO MONTE Guia procura escapar do clima "Fla-Flu" e apresentar, de forma equilibrada, entendimentos sobre a polêmica hidrelétrica

Seções



05	Notas
06	Web
07	Página Cultural
08	Economia Verde
25	Coluna
37	Análise
42	Estalo
43	Artigo
50	Última
CAPA Luís Mourão	



26

PÁGINA22 AGORA EM TABLET E SMARTPHONE
 Todo o conteúdo da revista impressa e do site já pode ser lido por meio de *tablets* e *smartphones*. Confira a nossa versão *mobile* em fgv.br/ces/pagina22.

[BOLSA]

Rio sai na frente

O Rio prepara-se para operar a primeira bolsa de ativos verdes do Brasil a partir de abril – a Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio). Inicialmente, a bolsa concentrará atuação em carbono, efluentes industriais da Baía de Guanabara, reposição florestal relacionada à Reserva Legal, reposição de supressão de vegetação nativa e logística reversa e reciclagem.

O modelo de compra e venda de créditos ambientais será inspirado no sistema de *cap-and-trade* vigente nos mercados de chuva ácida nos Estados Unidos e de carbono na Europa. Por esse sistema, é estabelecido um teto para a emissão de poluentes (*cap*). A empresa que o ultrapassa precisa comprar créditos excedentes de companhias que lançaram poluentes abaixo do teto para cumprir suas obrigações legais (*trade*). No caso dos créditos de logística

reversa, empresas e cooperativas que recolherem produtos e equipamentos descartados poderão vendê-los a empresas com obrigações a cumprir segundo a lei que instaurou a Política Nacional de Resíduos Sólidos em agosto de 2010.

Para implantar a BVRio, que funcionará na capital fluminense, as secretarias de Estado do Meio Ambiente (comandada pelo ex-ministro Carlos Minc) e Municipal de Fazenda assinaram em dezembro um acordo de cooperação com a BVRio – uma associação civil sem fins lucrativos presidida por Pedro Moura Costa.

O executivo foi um dos fundadores da EcoSecurities, comprada em 2009 pelo J.P. Morgan. A empresa foi uma das principais firmas do mercado de carbono durante a década passada. Mais informações em bvrio.org. **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

[PUBLICAÇÃO]

RADAR ESQUADRINHA A RIO+20

O contexto histórico da discussão sobre desenvolvimento sustentável e os dois temas principais da conferência que a ONU realizará em junho no Rio de Janeiro constituem os principais assuntos do Radar Rio+20, projeto realizado conjuntamente pelo Instituto Socioambiental (ISA), o Vitae Civilis e o GVCes. A proposta contempla uma publicação e um portal, ambos intitulados *Radar Rio+20*, destinados a profissionais de mídia, mas também serve como subsídio a todos os que têm interesse em entender melhor o pano de fundo do evento de junho.

No livreto de 40 páginas, há uma linha do tempo com episódios emblemáticos do ambientalismo, como a publicação em 1962 do livro *Primavera Silenciosa*, da bióloga marinha Rachel Carson. O capítulo seguinte discorre sobre o conceito de “economia verde” do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), bem como apresenta argumentos críticos a essa formulação. Além da economia verde, a Rio+20 tratará da reforma da governança global dos temas associados ao desenvolvimento sustentável, assunto que também é objeto da publicação.

No portal, o capítulo sobre economia verde é aprofundado com a apresentação dos principais temas envolvidos nesse

debate – energia e clima, construção civil, químicos, transporte, florestas e biodiversidade, resíduos, agricultura e pesca, economia solidária e finanças sustentáveis. Há exemplos de meios para viabilizar a nova economia, como certificações socioambientais, pagamento por serviços ambientais, compras públicas, novos indicadores econômicos e tributação verde. O portal possui, ainda, a seção “Rio+20 na Mídia”, com notícias da imprensa sobre a conferência. As versões mensais da ONU do rascunho do documento final do evento de junho são publicadas na seção “Bê-á-bá da Rio+20”. Para baixar a publicação, acesse radarrio20.org.br.

Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Estalo “Revelações digitais” – edição 59] Revela.org.br é uma iniciativa para que as pessoas tomem conta do meio ambiente do Brasil a partir da rua em que moram. É uma ferramenta jovem de ativismo que convida todos a participar. Demarque seu território, revele! **Gustavo Guimarães**

[Post “Carteira do ISE 2012”] É um avanço a abertura da metodologia e da pontuação. Concordo com a Marina Silva que o termo “transparência”, usado para falar

sobre as ações de sustentabilidade nas empresas, está equivocado. Como cidadã e consumidora, quero é que as empresas deem VISIBILIDADE a seus processos e critérios, deixando visível, de forma clara e objetiva, o que realmente estão fazendo para se transformar e transformar a sociedade. **Deborah Munhoz**

[Entrevista “Política em novos moldes”] Nós, jovens, devemos lutar pela reforma verdadeira da política do Brasil, pois a mesma está a cada ano eleitoral se

desfazendo com a corrupção. Isso é uma falta de moral para o nosso país que se diz tão democrático. Reforma política já e verdadeiramente! **Daniel Silva Casuza**

[Reportagem “Espiral de forças” – edição 57] Bellissimo artigo e muito esclarecedor do ponto de vista histórico e político acerca dos temas ligados às conferências que já ocorreram, desde 1972. Além de semear ideias sobre o que podemos esperar de 2012. **Aline Baldez**

LÁ EM CASA – QUEM FAZ PÁGINA22
 Luis Mourão, designer

O destino de Luis era mesmo trabalhar na imprensa. Ele é filho de jornalistas que, quando trabalhavam até tarde, tinham de deixá-lo dormindo no carrinho de bebê na redação, em meio à fumaça de cigarro e ao barulho das máquinas de escrever.

A curiosidade de criança o fez acompanhar o que fazia a equipe de arte e da diagramação. Agora, Luis está na reta final da graduação em Comunicação em Múltiplos Meios. Ele até ficou tentado a seguir o jornalismo, mas o gosto pelo desenho pesou mais que o pela escrita.



FALA, LEITOR

HISTÓRIAS E IDEIAS DE QUEM LÊ PÁGINA22

Quando morava em Rio Claro, no interior paulista, **Tulio Malaspina** tinha dificuldade de achar pessoas com os mesmos interesses que os dele, e a internet foi a ferramenta para que ele encontrasse “sua turma”. Morando há seis anos em São Paulo, “onde tudo acontece mais fácil e rápido”, Tulio continua apostando no poder da web e trabalha para facilitar as conexões entre as pessoas e a difusão de informações. Criou o blog AtitudeEco.com.br, em que escreve sobre sustentabilidade. Passam por lá política,



educação e meio ambiente em textos de sua autoria ou republicados.

Além disso, Tulio e seu irmão criaram há um ano a Sustentalab (sustentalab.com.br), uma incubadora de projetos de inovação alinhados ao desenvolvimento sustentável e ao empreendedorismo social. O público-alvo são universitários de fora de São Paulo. Por isso, a consultoria visa a captação de recursos e desenvolvimento das ideias, mas o objetivo é criar redes e conexões nas mídias digitais para expandir o *networking* e o alcance dos projetos. Tulio ainda fundou uma agência de

Se você deseja participar desta seção, escreva para leitor@pagina22.com.br e conte um pouco sobre você e seus projetos. Para se comunicar com Tulio Malaspina, escreva para tuliomalaspina@gmail.com

comunicação há menos de seis meses, também voltada para a facilitação de conexões virtuais e presenciais. Para ele, o difícil é explicar aos clientes que o resultado buscado é intangível. “Não queremos mais audiência em um site e, sim, que as relações entre as pessoas sejam fortalecidas, que diálogos aconteçam e que informações sejam compartilhadas para viabilizar as mudanças que queremos em busca de mais sustentabilidade. Não tem valor material ou financeiro, mas tem muito valor para a sociedade”, diz. **POR THAÍS HERRERO**

POR THAÍS HERRERO

PRATA DA CASA

Encontro **mercado**

Quais são os pontos de encontro da turma da sustentabilidade? Que lugares o pessoal frequenta tanto para fazer cursos, reuniões, *networking* quanto para se divertir? Alguns lugares de São Paulo se tornaram redutos dos engajados porque, além de estar vinculados a organizações e projetos, oferecem eventos ligados ao tema, têm no menu alimentos orgânicos e provenientes do comércio justo ou simplesmente porque promovem boas iniciativas.

Um desses *points* é o Ekoa Café, na Vila Madalena (foto), que tem como missão ser um espaço de compartilhamento de experiências e valores. Segundo a sócia-fundadora Marisa Bussaco, “vender por vender não fazia sentido” e, com o irmão, reuniu em um lugar rentabilidade financeira, relações sociais justas e conservação ambiental.

Esses valores podem ser encontrados tanto no seu projeto de construção – que usou madeira de demolição, no cardápio com opções veganas, orgânicas e sem glúten – como nas parcerias e reuniões que recebe. Foi lá, por exemplo, que se deram vários encontros do Movimento Marina Silva durante as eleições de 2010.



DIVULGAÇÃO

Inspirado no lema “gentileza gera gentileza”, uma das ações que mais fazem sucesso é o Café Compartilhado. Os clientes oferecem ao próximo que vier um café e ainda podem deixar um bilhete com uma mensagem positiva.

Confira no site de PÁGINA22 mais informações sobre o Ekoa Café e a nossa lista completa com indicações de lugares que vale a pena frequentar, como a Casa Jaya, a Matilha Cultural e o Hub São Paulo.



DIÁRIO DO MUNDO

Imagine um site que reúne histórias de pessoas do mundo todo contada por elas mesmas, com belas fotos, vídeos e textos muito inspirados. Isso é o CowBird.com. O projeto, lançado em dezembro pelo artista e contador de histórias americano Jonathan Harris, almeja ser uma “biblioteca pública de experiências humanas, como uma Wikipédia da vida real (porém, muito mais bonita)”, como registra o site.

O conteúdo é dividido em três categorias: diários pessoais, histórias singulares e sagas. Essa seção, segundo Harris, é dedicada a eventos mundiais que afetam milhões de pessoas e definirão

a história da humanidade. Um que já está acontecendo e sendo registrado são os movimentos “occupy” de várias cidades. E há também espaço para relatos rápidos de momentos de amor, casos divertidos e curiosidades.

ESCRAVOS DE NÓS

Quantos escravos estão por trás da produção de nossos bens de consumo? É possível descobrir (embora não seja muito gratificante) por meio do site SlaveryFootprint.org. O internauta responde a um questionário detalhando seus hábitos de consumo, por exemplo sobre qual a frequência em que compra frutas, carnes e laticínios, quantas peças de couro e jeans há no seu armário, quais eletrônicos possui e como é a sua casa. No passo a passo, há informações sobre consumo sustentável e em que

lugares há ocorrências de trabalho degradante. Todo esse processo não leva mais do que 5 minutos. Ao final, descobre-se onde está a maior pegada e há a possibilidade de compará-la com a de outras partes do mundo.

O cálculo é feito baseado em logaritmos que usam informações sobre a produção dos 400 produtos mais consumidos no planeta. O objetivo é conscientizar sobre o excesso de itens que compramos sem necessidade e também para pressionar as empresas a buscar uma cadeia produtiva mais ética.



LUIS NICOLARO

VALE O CLICK

ALDEIAS MAPEADAS

O Instituto Socioambiental lançou um portal que reúne dados sobre as 669 terras indígenas espalhadas pelo Brasil. Chamado “De Olho nas Terras Indígenas”, o site ti.socioambiental.org traz gráficos, rankings e indicadores sociais. Há informações sobre as comunidades com maiores taxas de desmatamento, conflitos por posse de áreas e projetos culturais exemplares. A plataforma é colaborativa e está aberta a novas informações e interações dos internautas.

ONDE AGIR

Quer se engajar em alguma ação social e não sabe como achar a mais próxima ou de seu interesse? A Rede Nossa São Paulo criou o MapaDaParticipacao.org.br. Trata-se de um guia que mostra onde estão projetos sociais, associações ou sindicatos paulistanos. A busca é filtrada por região ou tema. Durante esses primeiros meses do site, a colaboração dos internautas é fundamental para a ampliação de seu alcance na cidade, já que é possível adicionar novas instituições ou completar informações a respeito das atuais.

À ESPERA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Enquanto empresas e pesquisas avançam para que o setor de aviação adote combustíveis menos poluentes em grande escala, o site RenewableJetFuels.org está de olho nesse progresso. Há uma lista com as empresas que hoje já produzem biocombustíveis no mundo todo, frequentes atualizações do que elas estão fazendo, além da divulgação de notícias e pesquisas.

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)



DIVULGAÇÃO

Quando o **filme** não termina

A exibição do documentário (À) *Deriva Metrópole São Paulo*, em sessão na Matilha Cultural, em São Paulo, conseguiu o que talvez seja o sonho de um realizador. Ao traçar as histórias de moradores das periferias extremas da megalópole, o filme aproximou, por diferenças e semelhanças, habitantes de um espaço em constante mutação e inúmeros desafios. Quando estes mesmos retratados se sentam em roda para um debate pós-exibição, a história ganha novos rumos e fôlegos. O que se viu foi um retrato articulado, urgente e poético de uma cidade que demanda e pulsa, em uma espécie de continuação do antes visto na tela.

Depoimentos vigorosos na sala de cinema ganharam voz e figurino, partes da cidade que se encontraram ali física e simbolicamente por meio de moradores distantes uns dos outros por quase outras cidades. A mata da Cantareira ameaçada, a inundação constante de Perus, as moradias irregulares, a desatenção e a ignorância do poder público em suas audiências que definem a vida de centenas em rumos questionados. Um filme não precisa ter uma função, mas, quando ele se expande, toma de assalto, permite o encontro, suscita novos caminhos, a história já terá mudado. O documentário é fruto do trabalho do coletivo Mapa Xilográfico, que, desde 2006, desenvolve ações artísticas permeadas por questões da urbanização das grandes cidades.

ARTESÃOS DA SAPUCAÍ

O fotógrafo André Nazareth e o artista plástico Carlos Feijó circularam durante meses por barracões, ateliês, pequenas fábricas e confecções caseiras atrás de 60 dos mais representativos artesãos do Carnaval, responsáveis pelas diversas categorias de trabalho nas escolas de samba. O resultado é uma documentação abrangente do conhecimento desses profissionais em depoimentos e fotografias que representam e se apropriam esteticamente de seus ambientes de trabalho, técnicas peculiares e processos criativos. Com prefácios de Fernando Pamplona e Martinho da Vila, *Artesãos da Sapucaí* (Editora Olhares) percorre a história do Carnaval com sensibilidade e a força da festa. “A percepção de como se juntam os elos de uma obra coletiva, nesse ambiente de fronteiras pouco definidas em que dezenas de pessoas mergulham, meses a fio, para produzir o espetáculo, já seria, por si, interessantíssima. O olhar de dentro do barracão revela ainda toda a organicidade da estética do Carnaval, com

base na sobreposição de referências, e uma forte dinâmica de apropriação, por parte das escolas de samba, de inovações, técnicas, conceitos, tecnologias e saberes particulares que se sobressaem no desfile”, relata Feijó.

25 ANOS DE VÍDEO NAS ALDEIAS

O incrível projeto audiovisual que forma cineastas indígenas e equipa aldeias brasileiras para fazer seus próprios filmes está completando 25 anos. A comemoração vem em forma

de livro com ensaios críticos e fotográficos, depoimentos de participantes das oficinas do projeto e dois DVDs com dez filmes que marcaram essa trajetória. Foram mais de 100 aldeias indígenas brasileiras que tiveram oportunidade de contato com o audiovisual – uma iniciativa do fotógrafo, cineasta e indigenista Vincent Carelli, que pôs as primeiras câmeras VHS a serviço de uma ideia inovadora: apresentar às aldeias um instrumento acessível de expressão e preservação da memória. O balanço é

empolgante: o *Video nas Aldeias* produziu registros de 37 povos, oficinas em 127 aldeias e filmes premiados no Brasil e exterior. A publicação é patrocinada pelo banco Itaú, pela Natura e pelo programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura.



DIVULGAÇÃO

Expedições à **Amazônia** no século XX



DIVULGAÇÃO

O pesquisador e escritor João Meirelles reuniu 250 imagens sobre 21 incursões à Amazônia realizadas no século passado no livro *Grandes Expedições à Amazônia Brasileira – Século XX*, recentemente lançado pela Metalivros. A publicação trata de resumir a obra expedicionária de grandes nomes como Oswaldo Cruz, Claude Lévi-Strauss, Jacques Cousteau, Mário Palmério, Thiago de Mello, Frans Krajcberg, Claudia Andujar, Helmut Sick, Orlando Villas Bôas, entre vários outros, formando um conjunto belo e inédito. Nas boas casas do ramo, por R\$ 140.

Casa popular estimula **indústria solar** no Brasil

Programa federal de moradias deve mais que triplicar área de painéis para aquecimento de água **ANDREA VIALLI**

Se a presidente Dilma Rousseff desbloquear as verbas de seu principal programa habitacional, o Brasil colocará em prática o maior programa de aquecimento solar para moradias populares da América Latina. Embora ainda seja nanico no mercado mundial de energia solar para aquecimento de água, o País poderá ampliar em 240% a área instalada com painéis solares até 2014, para pouco mais de 21 milhões de metros quadrados. A liderança brasileira na América Latina seria ainda mais acentuada, deixando muito para trás o segundo país, o México, com área de 6,24 milhões de metros quadrados, um quarto de nosso parque solar, de acordo com o Departamento Nacional de Aquecimento Solar, da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Dasol/Abrava).

Dos 2 milhões de moradias a serem construídas entre 2011 e 2014, 860 mil deverão conter obrigatoriamente sistemas de aquecimento solar. No total, está prevista a instalação de 15 milhões de metros quadrados de coletores solares nos telhados das casas de famílias que ganham até três salários mínimos. O desafio é grande, tendo em vista que apenas 40 mil residências da primeira etapa do programa Minha Casa, Minha Vida foram entregues com painéis solares – o requisito não era compulsório. O principal argumento para o uso de aquecimento solar em moradias de baixa renda é o benefício econômico e ambiental de equipamentos como o chuveiro elétrico, que responde por 28% do consumo de energia.

“A perspectiva de colocar aquecedor solar em 860 mil residências permite à tecnologia que ganhe escala, além de reduzir em cerca de R\$ 1,5 bilhão o montante de investimentos na expansão do parque gerador e distribuidor de energia elétrica”, calcula o urbanista Eduardo Baldacci, que faz parte do GT Solar, grupo responsável pela definição de critérios de instalação dos coletores solares nas casas do programa habitacional de Dilma. O urbanista Baldacci também destaca o componente social do programa. “A economia na conta de luz das famílias de baixa renda é palpável. Chega a 40% em alguns casos.”

A indústria de aquecedores solares reclama da morosidade do programa. “Embora expressivo, ele foi pouco operacionalizado em 2011, o que exigirá do governo esforço redobrado para compensar o tempo perdido”, preconiza Marcelo Mesquita, gestor do Dasol. Segundo ele,

a demora foi causada pela transição entre Lula e Dilma. O Ministério das Cidades não esclareceu à reportagem os motivos do atraso. “Mesmo com esse atraso, acreditamos na viabilidade do programa. A indústria nacional tem capacidade para atender ao aumento substancial da demanda, uma vez que recentemente realizou investimentos”, tranquiliza Mesquita, sem fornecer detalhes sobre os aportes das empresas.

Hoje, diz ele, a indústria opera com capacidade ociosa, em apenas um turno diário, o que abre margem para adicionar mais dois turnos. O investimento total previsto na fase 2 do Minha Casa, Minha Vida é de R\$ 125,7 bilhões. Dos 2 milhões de moradias que o governo pretende entregar, só 354 mil unidades foram contratadas, segundo balanço divulgado em dezembro pela presidente Dilma. Ou seja, menos de 18% do total.

Para driblar o atraso do programa, secretarias estaduais de habitação estão se aliando ao governo federal. Um exemplo disso é a agência de fomento à habitação Casa Paulista, criada em setembro de 2011 pela Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo com o objetivo de ampliar a oferta de moradias e a captação de recursos para esse fim. Um dos meios é utilizar recursos do Minha Casa, Minha Vida.

Segundo Reinaldo Iapequino, subsecretário da Casa Paulista, as 150 mil moradias a serem construídas entre 2012 e 2015 deverão incorporar sistemas de aquecimento solar e outras tecnologias verdes, a exemplo do que já vem sendo feito pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU).

Além disso, a parceria buscará compartilhar tecnologias de construção verde com os gestores do programa federal. Na avaliação de Marcos Casado, gerente-técnico do Green Building Council Brasil, o uso de tecnologias verdes ainda é tímido no programa. Isso se deve, em parte, ao mito de que adotar padrões de construção verde “custa caro”.

“Quando os primeiros empreendimentos foram inaugurados, falava-se em custo adicional de 30% em relação a um projeto sem tecnologias sustentáveis. Era o preço do aprendizado”, lembra Casado. Hoje, afirma, é possível construir adotando tais tecnologias gastando cerca de 5% a mais no projeto. “Mas o investimento também tem retorno financeiro rápido, uma vez que diminuem gastos com água, energia e manutenção.”



A Europa calcula os **custos** da poluição

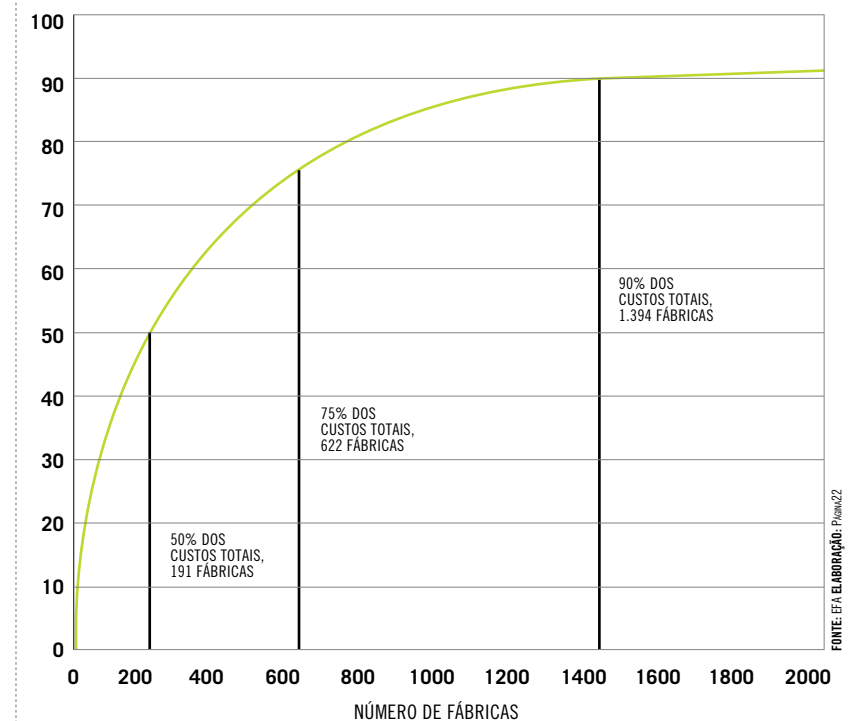
A maior parte das perdas econômicas causadas ao meio ambiente e à saúde humana provém de apenas 622 fábricas **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

Três quartos das perdas econômicas associadas a problemas causados pela poluição industrial ao meio ambiente e à saúde humana (doenças e mortes) na Europa provém de apenas 622 fábricas. O número representa 6% das quase 10 mil indústrias que forneceram seus dados a um relatório publicado em novembro pela Agência Ambiental Europeia (EEA, na sigla em inglês). O documento estima os custos da poluição industrial no universo pesquisado entre 102 bilhões e 169 bilhões de euros – a depender da metodologia utilizada –, tomando-se 2009 como ano-base. Trata-se somente de uma parcela dos custos totais.

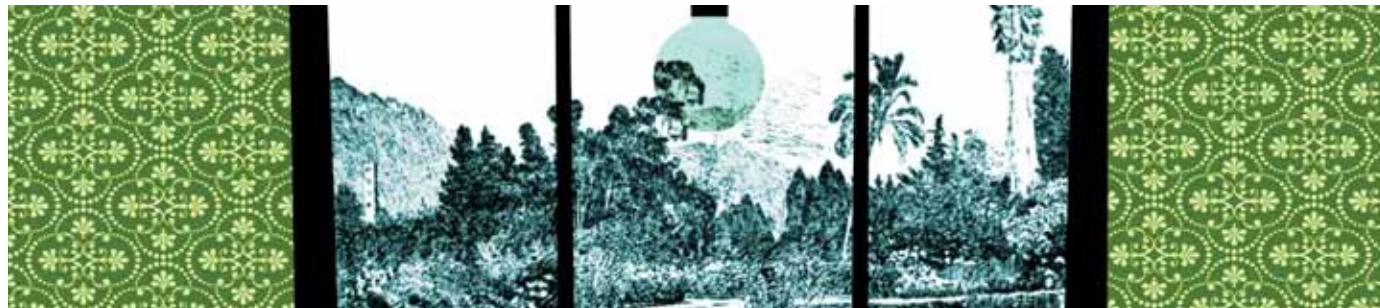
A maior parte dos prejuízos é gerada por poluentes emitidos por usinas de energia elétrica, movidas em geral a combustíveis fósseis, com custos variando de 66 bilhões a 112 bilhões de euros. Quando o gás carbônico é retirado da conta, as perdas diminuem acentuadamente, para 26 bilhões a 71 bilhões de euros. A diferença se explica pela enorme quantidade emitida de CO₂, cerca de 1 trilhão de vezes superior à dos chamados micropoluentes (dioxinas e furanos, por exemplo). Em termos relativos – custo por quilo de materiais emitidos –, os micropoluentes acarretam perdas mais altas. Acesse *Revealing the costs of air pollution from industrial facilities in Europe* no link bit.ly/rsMt42.

DISTRIBUIÇÃO CUMULATIVA DAS 2.000 FÁBRICAS COM CUSTOS MAIS ELEVADOS

VALOR % DAS PERDAS



FONTE: EFA. ELABORAÇÃO: PLAN42



Produtos **menos** impactantes

Participação da linha verde nas vendas da Philips Brasil cresce de 12% para 31% em um ano **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

A subsidiária brasileira da Philips está trabalhando intensamente para ampliar a participação de sua linha de “produtos verdes” no faturamento. Em 2011, a fatia dos verdes nas vendas ultrapassou a meta de 30%, cravando 31%. Foi um incremento substancial ante os 12% de 2010. Nas vendas globais da companhia holandesa, os verdes expandiram sua participação de 20% da receita de vendas em 2007 para 38% em 2010 (os dados de 2011 ainda não foram divulgados). Até 2015, a meta da companhia é ter 50% do valor das vendas no Brasil gerados pela linha verde.

Na política de sustentabilidade da Philips, o produto precisa ter desempenho ambiental no mínimo 10% melhor que modelos anteriores ou similares da concorrência para entrar na categoria de produtos verdes. A performance é medida nos quesitos de consumo de energia, reciclagem e descarte final, uso de substâncias tóxicas, peso e embalagem. No caso das lâmpadas, também é avaliado o tempo de vida útil. “De modo geral, nossos produtos verdes são auditados internacionalmente pela KPMG”, assinala Márcio Quintino, diretor de sustentabilidade da Philips Brasil.

Essa expansão deveu-se principalmente à inclusão de 50 itens na carteira de produtos verdes, que agora soma 500 nas três áreas de atuação da companhia – iluminação, produtos de consumo e saúde. Também colaborou com sua estratégia a criação no ano passado de uma área voltada para alavancar o *ecodesign* em produtos nacionais e importados. “As equipes de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de saúde e produtos de consumo passaram a incorporar a análise de requisitos de produtos verdes como parte do processo usual de desenvolvimento”, relata Ricardo Mutuzoc, gerente-sênior de sustentabilidade da Philips Brasil.

Entre os produtos mais amigáveis ao meio ambiente,

lançados recentemente no Brasil pela Philips, um dos mais econômicos é o telefone sem fio CD1701, que poupa 33% de energia elétrica na comparação com o modelo similar anterior, além de a embalagem ser mais leve por empregar menos papelão. O ferro de passar RI3620 proporciona redução de até 20% no consumo de energia por utilizar um sistema que diminui a produção de vapor quando o equipamento está parado. Há, ainda, o uso crescente de embalagens menos impactantes. Na fábrica da empresa em Manaus, o peso da embalagem de um Home Cinema foi diminuído em 40% em 2011. Diversos outros produtos fabricados na capital amazonense tiveram substituição de poliestireno expandido por polpa de papel reciclado.

Reconhecida mundialmente como uma das companhias mais atuantes no tema da sustentabilidade, a Philips, contudo, não é isenta de falhas nessa área. A reportagem de PÁGINA22 tentou, sem sucesso, agendar entrevistas com os responsáveis pela área de sustentabilidade no Brasil e na matriz holandesa ao longo de quase todo o mês de dezembro. No lugar de entrevista pessoal ou por telefone, recebeu um depoimento genérico de Mutuzoc por email. Parte das dúvidas relativas ao depoimento foi esclarecida em duas baterias de respostas a questões enviadas à empresa. O porta-voz da matriz não ofereceu nem mesmo a opção de envio de perguntas por email, segundo informou a assessoria de comunicação da Philips Brasil.

“Transparência é um aspecto central na política de sustentabilidade, o que envolve explicitar publicamente critérios utilizados para classificar produtos como verdes e manter canais ativos com os meios de comunicação”, comenta experiente consultor em sustentabilidade corporativa. “O tom declaratório ainda predomina na comunicação das grandes empresas sobre suas estratégias de sustentabilidade, o que também ocorre na Philips”, adiciona outro consultor.

ERRATA Na reportagem “Área contaminada desafia construção civil” (edição de novembro, página 14), onde se lê: “A solução foi – após minuciosa análise sobre a suspeita de existir metano no subsolo – erguer uma construção suspensa em um deque de madeira reaproveitada”, leia-se: “A solução foi – após minuciosa análise sobre a suspeita de existir contaminação no subsolo – erguer uma construção suspensa em um deque de madeira reaproveitada”.

ISE **bate** Ibovespa e outros cinco índices em 2011

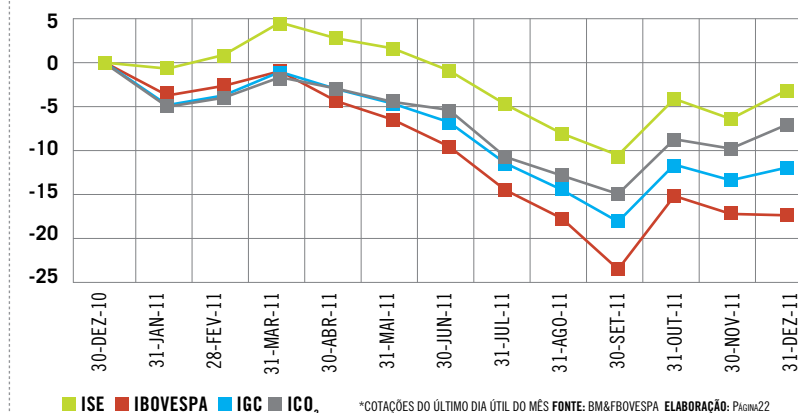
JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

O ano de 2011 não foi dos melhores para o mercado acionário em todo o mundo. Na BM&FBovespa, em São Paulo, apenas os índices de telecomunicações e energia elétrica (Itel e IEE) oscilaram positivamente entre as principais carteiras: 15,59% e 19,72%, respectivamente. Em ano de vacas magras, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) não se saiu mal. Declinou apenas 3,28%, o que lhe conferiu desempenho superior ao dos três principais índices de referência da Bolsa: Ibovespa (-18,11%), IBRX-50 (-14,06%) e IBRX (-11,39%).

O ISE também performou melhor que outros índices relacionados de alguma forma à sustentabilidade, como os de carbono (ICO₂), governança corporativa (IGC) e tag along diferenciado (Itag), que caíram, respectivamente, 7,37%, 12,45% e 11,54%. O bom desempenho do ISE reforça a tese de que empresas mais bem resolvidas nos temas da governança e da sustentabilidade costumam desempenhar acima da média do mercado, ou pelo menos perder menos em tempos de crise. Durante 2012, três

fatores influenciarão as bolsas: o tamanho da recessão nos países ricos, uma eventual contaminação das economias emergentes pela crise europeia e a eleição do próximo presidente dos Estados Unidos em novembro.

EVOLUÇÃO % EM 2011 (30/12/2010 = 100)



ENTREVISTA SHEILA WATSON

INICIATIVA MIRA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS AUTOMÓVEIS

Carros híbridos, elétricos e transporte público dominam a agenda de sustentabilidade no que se refere à mobilidade. Embora relevante, o consumo mais eficiente de gasolina e diesel nos carros de passeio recebe menos holofotes. A Iniciativa Global de Economia de Combustíveis (GFEI, na sigla em inglês) busca chamar atenção para o tema da eficiência nos automóveis desde que foi lançada, em março de 2009 (*mais em globalfueleconomy.org*). Sua secretária-executiva, Sheila Watson, explica a PÁGINA22 os objetivos da campanha, realizada em conjunto pela Federação Internacional de Automobilismo, o Fórum Internacional de Transportes, a Agência Internacional de Energia e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O consumo de combustíveis fósseis pelos carros está ficando mais eficiente?

Publicamos recentemente um relatório (*veja em bit.ly/trD10o*) que contém uma análise da Agência Internacional de Energia. Ele sugere que a melhoria ficou em torno de 1,6% ao ano de 2005 a 2008, quando precisamos de 2,7% para atingir as metas de 2020, 2030

e 2050. Esse trabalho será periodicamente atualizado e ampliado, de modo a incluir dados do maior número possível de países. (A meta é cortar o consumo de combustíveis em automóveis leves em 50% sobre a projeção corrente para 2050, o que significaria mantê-lo no patamar atual).

Em termos práticos, como a campanha colabora para que os carros consumam menos gasolina e diesel?

Chamamos a atenção da opinião pública para o assunto em fóruns globais sobre políticas na área de energia, conversamos com atores estratégicos, tais como as montadoras, e tentamos preencher lacunas no entendimento a respeito do problema por meio de pesquisas. No momento, porém, estamos particularmente focados em trabalhar com governos nacionais para prover subsídios a formuladores de políticas públicas de transporte.

É possível cumprir as metas em meio ao quadro econômico adverso nas economias ricas?

Acreditamos que o consumo mais eficiente de combustíveis é absolutamente central para

assegurar um impacto positivo no balanço de pagamentos, na segurança energética, na prosperidade individual e no meio ambiente. Portanto, é essencial que ela seja parte de quaisquer programas globais de recuperação econômica. A GFEI pode oferecer assessoria aos governos para integrar o tema da eficiência de combustíveis em automóveis nessas políticas de recuperação.

Como a redução no uso de combustíveis é calculada sobre um cenário para 2050, a meta manterá, na prática, o consumo nos níveis atuais. Isso não é demasiadamente modesto?

Temos clareza de que nossa iniciativa é apenas parte do esforço global contra a mudança climática. De qualquer maneira, as metas referem-se somente aos veículos leves e incorporam tecnologias existentes e economicamente viáveis. Há obviamente, portanto, enorme potencial para diferentes ações neste e em outros setores. Uma melhoria de 50% até 2050 é o mínimo que deveríamos alcançar, visto que já temos essas tecnologias e elas já estão presentes em carros vendidos em vários mercados. (JAPG)



▣ Marcia Angelita Tiburi, filósofa e professora, atualmente leciona na pós-graduação na Universidade Presbiteriana Mackenzie. É autora de livros como *Olho de Vidro* e *Filosofia Pop* e prepara, ao lado do consultor Sergio Esteves, *Diálogos e Sustentabilidade*, a ser lançado pela Editora Senac

O pós-humano

POR AMÁLIA SAFATLE FOTO ARTHUR FUJII

Jamais seremos os mesmos desde que a técnica e a máquina atravessaram nosso caminho civilizatório. A filósofa Marcia Tiburi discorre nesta entrevista sobre a construção de um novo homem e suas relações, definitivamente mediadas por aquilo que chama de artificial – segundo ela, próteses que cada vez mais substituem nosso arcabouço natural e as capacidades de realizar trabalhos pelo próprio corpo, de pensar e de produzir conhecimento.

O alerta é para que as tecnologias sejam usadas como meio a serviço do homem, e não como fins em si mesmos, de modo que sejam preservados a palavra, a narrativa, o diálogo e, por conseguinte, a ética. Marcia teme que os meios de comunicação nesta era da imagem técnica pouco contribuam para fazer a sociedade questionar as formas como os sistemas dominantes enredam o ser humano. “A tarefa da filosofia nesta época é tentar colocar diálogo no mundo”, diz.

Você já afirmou que, desde a invenção da fotografia, vivemos a era da imagem, e que desta era surge um pós-humano. Que pós-humano é esse?

A gente fala em era da imagem técnica. A relação dos seres humanos com as coisas é sempre mediada por imagens. Eu só me relaciono com você porque estou vendo sua imagem. Se não tivesse a sua imagem visual, teria a sua imagem sonora – a sua voz –, ou, então, a imagem tátil. Quando falamos da era da imagem técnica, intensificamos a discussão para o lado dessa imagem produzida pela fotografia, que tem início no começo do século XIX e depois se transforma na imagem do cinema, no começo do século XX. E que em 1950 se transforma na imagem da televisão. A partir dos anos 80, com o *boom* do personal computer, passamos a ter também a imagem que está na tela do computador. As imagens técnicas, por definição, são produzidas por aparelhos e chegam por meio de aparelhos. Não é mais a imagem natural, essa que eu tenho de você neste momento.

A pintura, que antecede a fotografia, não seria considerada uma imagem técnica?

A pintura tem as suas técnicas mas, no campo dos estudos visuais, chamamos de imagem técnica aquela produzida por aparelhos que desenvolvem tecnologia, máquinas, ciência, e artificialmente produzem a imagem. A gente vai chamar o nosso corpo de natural – ainda. Fiquei cinco anos fazendo televisão (*como participante do programa Saia Justa*) e fiz um livro (*Olho de Vidro*) estudando a questão da televisão. Fui investigar toda a história do olhar e do processo histórico da “evolução”, muito entre aspas, do nosso olhar.

Há vários autores conversando sobre isso, segundo os quais a gente pode dividir a história humana entre o tempo do ícone, em que o ser humano se relacionava com a imagem da parede da ca-

terna, com a imagem do santo, do fundo da catedral. Depois vem o tempo da arte, da pintura, que é muito curto, porque até a pintura medieval tem muito mais relação com o ícone – em que a imagem serve de meio para acessar o sagrado. O tempo da arte relaciona-se com a nossa modernidade, aquilo que, na Europa, chamou-se de Renascença, e descoberta dos outros continentes pelos europeus. E, depois, vem a era do visual, da imagem técnica, inaugurada com a fotografia até os dias de hoje.

A relação que nós, seres humanos, desenvolvemos com as telas – da fotografia, do cinema, da televisão, do computador – virou uma característica da nossa cultura, nos últimos dois séculos. Em *Olho de Vidro*, quis trabalhar a ideia de que essas telas todas são próteses de conhecimento e a TV é uma prótese muito especial, porque não é só uma tela, é um verdadeiro olho de vidro, como se, por meio da TV, nós tivéssemos substituído a nossa capacidade de ver as coisas. Como se a TV nos oferecesse um olhar sobre as coisas que nós mesmos não nos esforçamos em ter.

E o que muda com a entrada dessa técnica versus o “natural”? Que consequências isso traz?

A gente sai do tempo em que o ser humano tinha de trabalhar e produzir com a sua própria força corporal e a sua imaginação, usado sua própria capacidade de “pensar”. Ele tinha de produzir os meios de sua subsistência e inclusive os meios de acesso ao próprio conhecimento. É dessa época a pintura, a arte de um modo geral, e também o livro. Era um tempo do trabalho, no sentido de fazer coisas com as próprias mãos. Já neste novo tempo, não precisamos mais do nosso corpo. Podemos dizer tranquilamente que existe um adeus ao corpo. Você pode perguntar: “Adeus ao corpo em uma sociedade que cultua o corpo?” Mas veja que esse culto é, na verdade, um sacrifício do corpo. O corpo que a gente deseja não é o corpo vivo, orgânico, e, sim, o corpo plástico, manufaturado pela indústria do corpo, produzido pela academia e pela medicina.

O corpo de antes era o das vicissitudes da vida, que vivia as doenças, a morte, muitos limites que a tecnologia do nosso tempo modificou. A tecnologia atravessou nossa vida a ponto de que podemos viver uma existência completamente desincorporada – isso é o virtual. Eu, você, ele (*o fotógrafo*) podemos entrar no Facebook agora, e existirmos no Facebook. Lá resolvemos todos os nossos problemas emocionais, as nossas questões relativas ao nosso desejo, expomos nossas teorias e sentimentos. A gente pode criar um nível de relação com os outros avatares ali colocados que não é um nível nunca atual, real, mas é sempre um nível virtual.

Podemos inventar um personagem.

Sim, e viver dentro dele. E isso implica que você abandonou seu próprio corpo e sua existência. Imagine que você está vivendo em uma comunidade concreta. Vamos pegar aqui o Tião Santos (*estampado em um exemplar de PÁGINA22*), figura fantástica que ficou famosa a partir do filme do Vik Muniz, *Lixo Extraordinário*. Imagine o Tião vivendo na comunidade dele, as demandas em

relação à reciclagem, sofrendo todas as intempéries econômicas que as pessoas colocadas na margem sofrem, imagina se o Tião ficasse o dia inteiro no Facebook resolvendo fantasmagoricamente seus problemas e nunca colocasse em prática suas potencialidades. Imagine se ele não tivesse criado aquela associação de catadores.

Estou querendo dizer que os problemas podem ser percebidos pelas pessoas em qualquer um dos universos, mas a maneira como elas vão resolvê-los é diferente: será real ou ilusória. Acho ótimo que exista Facebook, Twitter, eu mesma uso. O que vejo de complicado é que as pessoas muitas vezes percam noção de que tudo aquilo que diz respeito a computador, televisão, cinema é meio, e não fim. Essa sociedade hipertecnologizada parece nos oferecer uma solução imediata para todos os nossos problemas. Essas redes funcionam como vulcões teóricos. Muitas ideias, muitas delas ruins. Quando não têm ideias, contam que acordaram agora, que vão dormir agora. A perda da compreensão de que esses meios são apenas meios é que acho complicado.

E como entra (Marshall) McLuhan nessa história, para quem “o meio é a mensagem”?

Dizer que meio é a mensagem é dizer que a forma é conteúdo. É verdade: você olha para uma pintura e olha para a televisão, e muita coisa está sendo dita pelo fato de que foi dita daquela maneira. Mas por que é que existe a TV, por que é que existe o computador? Não existe *para* o computador, e sim para o ser humano que se serve dele. Essa é uma pesquisa a ser feita: o que as pessoas acham que estão realizando em um lugar como o Facebook?

Sem dúvida, o meio é a mensagem, mas, nessa era da imagem técnica, pensa só: as pessoas olham para a televisão, o filme, e não refletem sobre o que isso significa. Você olha para uma vitrine e, se não for capaz de pensar, não faz a leitura do que significa a disposição daqueles manequins, com aquele tipo de corpo. Mesmo na vitrine mais banal existe um significado, e é preciso aprender a ler esse significado. Essa leitura não vem com o meio. A televisão não nos ensina a ler. O cinema é um pouco melhor que a TV, porque tem outras camadas, tem a questão ficcional, a narrativa que na TV raramente tem. A televisão, entre todos esses meios, é um dos mais perigosos e muito parecido com o da internet.

Mas a internet oferece a interação, a troca, o compartilhamento que a televisão não tem.

Sem dúvida, é muito melhor. Mas é tão ruim no aspecto de acabar com a nossa imaginação, porque oferece a imagem técnica pronta. Não tenho que trabalhar nisso, não tenho que elaborar uma outra imaginação. E eu só vou aprender a refletir se tiver o contato com o universo das palavras – o que vem pela leitura, pelo diálogo. Vem por contatos humanos que se dão dentro do território da língua falada ou escrita. Enfim, contatos humanos.

Mas existe uma conversa, uma interação e um diálogo na internet e nas redes sociais.

Eu diria que existe uma conversa, não um diálogo.

Qual a diferença? É a qualidade, a profundidade?

Pensa na palavra diálogo: é uma palavra grega, antiga. *Dia* significa confronto, dois; e *Logos*, linguagem, experiência, racionalidade, palavra, língua. Claro que tem que ter um aprofundamento. Se eu for dialogar com você, a gente vai gastar tempo, vai ter de prestar muita atenção, colocar-se uma no lugar da outra, perceber os argumentos e os níveis de consideração que uma está fazendo daquilo que está sendo falado. É diferente de uma conversa – e também de uma entrevista. Na conversa, a gente fala: “Sabe, eu faço tricô”, “Tenho uma filha”. “Eu gosto muito de plantas, estou muito interessada em fazer uma horta na minha área de serviço”. A gente pode ficar falando *qualquer coisa*. A conversa é jogada fora.

Tem um filósofo de que gosto muito: o Harry Frankfurt, que escreveu um livrinho chamado *Sobre Falar Merda*. Esse cara é ótimo. As pessoas falam, falam, falam, estão sempre falando! A internet é cheia disso. Mas o que é que elas estão falando? Por que, para quem, qual o sentido dessa fala? Elas falam sobre nada. Não tem problema: isso também faz parte dos rituais de convivência dos seres humanos. Mas acho bem bacana a gente distinguir essas camadas de banalidade, que são importantes para o cotidiano, das camadas mais fundamentais das relações humanas que envolvem a capacidade de dialogar.

E aí qual seria o lugar e os meios para esse diálogo acontecer?

Pois é. A minha vida com a filosofia sempre me fez pensar muito nisso. Que a gente conversa demais e dialoga de menos. E que a tarefa da filosofia nessa época é tentar colocar diálogo no mundo. O diálogo é malquisto. Desde que eu era menina se falava “papo-cabeça, garota enxaqueca”. Virou essa coisa: quem quer falar sério já virou um chato. Existe, digamos assim, um conjunto das práticas discursivas que foram fundadas dentro um sistema econômico e político, que as pessoas introjetam em si mesmas, porque é assim que conseguem sobreviver dentro desse sistema. Essas práticas denigrem sempre a elaboração intelectual séria e atenta. Por exemplo, quem inventou o “eco-chato”? E por que chamar de eco-chato? Não me autodefino como ecologista, mas os chamados eco-chatos por acaso xingam as peruas consumistas?

Imagino que foi cunhado de eco-chato porque é o cara que vem avisar que a Terra tem limites, que não dá para continuar consumindo o mundo desvairadamente.

Então, se ele vem questionar esse conforto predatório, as pessoas se insurgem contra ele e criam a figura do eco-chato. E existe uma força nesse discurso, porque tem muita gente falando, enquanto os ecologistas contam com uma força numérica menor, e não são capazes de chamar os alienados de plantão de...

Alienados de plantão.

É. Então você é um imbecil, mas você tem razão.

Isso acontece porque a gente vive nessa era, nessas condições de superficialidade, de discurso fragmentado, de pouca linearidade?

Existe um adeus ao corpo – em uma sociedade que o cultua. Esse culto, na verdade, é um sacrifício do corpo

A gente vive numa era, no meu entendimento, de um sistema econômico e político muito predatório. Infelizmente, o nome desse sistema é capitalismo, que também é um sistema filosófico, porque implica um modo de pensar e de agir. Esse mesmo sistema define que o modo de pensar não importa, importa o fazer. No entanto, esse discurso é feito para que as pessoas não prestem atenção no modo de pensar, não prestem atenção nem mesmo no fato de que existe um modo de pensar, pois esse sistema precisa se autoacobertar para poder funcionar. E as pessoas acreditam que, dentro desse sistema, ter sucesso profissional depende apenas do indivíduo, quando a gente sabe que depende de muitos fatores socioeconômicos, históricos, institucionais.

Introjetaram a ideia de que a culpa é delas. Que, se eu estou lá – para voltar ao *Lixo Extraordinário* – catando lixo no Jardim Gramacho, é porque fui incompetente, fui eu que não trabalhei, eu que não estudei, ou eu que não dei sorte. Quando, na verdade, existe um sistema econômico-político organizado para que alguns se deem muito bem. E para que isso aconteça, alguns terão de se dar muito mal. Se uma sociedade não se preocupa com o que vai acontecer com a massa de pessoas das classes sociais menos favorecidas, o que vai acontecer?

E como isso se liga com o que falamos sobre o pós-humano que decorre da era da imagem técnica?

Em uma sociedade tecnológica, há um descaso com o humano. Se eu puder, na minha fábrica, colocar um monte de robôs e tirar as pessoas, melhor para mim. Menos pessoas, menos problemas. É assim que esse sistema se organiza, prevendo que, quem não puder ser encaixado, que morra. Eu não morrendo, tudo bem.

E desde que não morra também o consumidor do produto...

Sim. Mas vamos produzir bastante gente, porque terá bastante consumidor, e aí você vê o papel da Igreja mancomunada com esse sistema querendo que as pessoas cresçam e se multipliquem para fazer aqueles serviços que ninguém quer fazer.

Parece meio conspiratório tudo isso, não?

Mas acho que existe isso sim. Eu vejo pessoas falando: e quem vai trocar os pneus do meu carro? E quem vai lavar a roupa? E quem vai limpar as ruas? Quem vai separar o lixo que na minha casa eu não separo? Dizer que é teoria conspiratória pode ser também a estratégia do discurso do próprio sistema para desabonar esse tipo de reflexão que, a meu ver, é bem lúcida.

Não acho, no entanto, que exista a malignidade intencional, pelo menos não em escala universal. Já existiu: Hitler, Pol Pot. Mas no nível mais banal existe uma destruição da vida humana, da condição humana e das potências dessa coisa humana – inventada pelos próprios intelectuais, pelos filósofos, pelos grandes seres humanos que ficaram muito preocupados com esse projeto que envolve seres pensantes, animais que possuem uma linguagem diversificada como a nossa. Eles tentaram fazer com esse projeto humano fosse incrível. Acho que é uma invenção bacana, mas não

sei até onde se sustenta. Quando eu e vários autores falamos em pós-humano, o pós-humano é o que resta, é esse ser humano que sobra depois da lavagem tecnológica que nós vivemos. O que é o nosso corpo depois da tecnologia? O que é o nosso pensamento, nossa ação depois da tecnologia?

Qual seria o jeito de conviver com as tecnologias de modo que elas nos sirvam para o nosso próprio bem – afinal, foi para isso que nós as inventamos? O modo, no meu entender, seria voltar a ver as tecnologias como meios e não como fins. Um carro, se eu quiser ter um, deve ser para me servir. Mas já pensou que no Brasil há pessoas que passam anos ganhando um dinheiro muito difícil, se sacrificando para pagar por um carro que elas nem precisavam ter? Fins são seres humanos. Meios são coisas que criamos para nos ajudar a viver melhor.

E o que você vê de bom na internet e nas redes sociais? Em que momento elas cumprem o papel de meios a serviço da sociedade?

O que vejo de bom é a difusão da informação. Que é algo legal na televisão também, quando ela é séria – o que é raro. E que é a coisa importante do jornalismo. A informação também sempre tem de ser questionada, porque qualquer meio de comunicação recorta e estrutura informação de acordo com suas conveniências. Mas acho que a internet, com todos os seus defeitos, reforça um valor que, levado a sério, é o mais honesto e necessário para a gente ter uma vida minimamente justa, que é a democracia. A internet sustenta a democracia. E na internet, diferente de na TV, a gente tem um pouquinho mais de noção, pelo afluxo radical de informações que existe ali, que a informação é produzida (*artificialmente*). Enquanto na TV, a impressão que as pessoas têm é de que a informação é simplesmente verdadeira, embora tenha sido construída também.

Esse mundo mais tecnológico, mais máquina e menos homem, mais imagem e menos palavra, seria, recuperando uma fala sua ([asista em bit.ly/wwiN6m](http://asista.em.bit.ly/wwiN6m)), um mundo com menos ética (um robô não tem ética) e, por decorrência, sem política, em que se desaprende a dialogar. Isso, portanto, vai contra a democracia. Então não existe uma incoerência quando se fala que uma tecnologia como a da internet ajuda a sustentar a democracia?

As tecnologias podem ser usadas para o bem das pessoas. Isso é claro. É o mau uso das tecnologias que prejudica a vida das pessoas. É nesse mau uso que a gente encontra a questão da ética. O que é ética? É a minha reflexão sobre aquilo que faço. Do jeito que se usa a internet, a tecnologia, os carros, as roupas, qualquer coisa que exista, não existe ética, pois ninguém está pensando no que está fazendo. Se começamos a pensar, a ver as implicações, as responsabilidades, os efeitos, o que está por trás e aonde tudo isso vai nos levar, quando a gente consegue se perguntar qual é o futuro disso tudo, nessa pergunta é que a gente começa a chegar perto da questão da ética.

Para os antigos, é uma palavra que se traduz por casa, lugar onde se habita. A ética é como eu me porto em relação a você, é a convivência. Então, numa sociedade megavisual como a nossa,

Estamos inventando quinhentas coisas, mas para onde isso vai nos levar? A pergunta sobre o futuro não é feita

em que as tecnologias produzem visualidade, o que se coloca em questão é: como essas tecnologias podem ajudar as pessoas?

Assim, é possível que a imagem técnica produza um mundo melhor abrindo janelas de emancipação para as pessoas. O cinema faz muito isso, mas não sozinho: ele depende do cineasta, da produtora, então a questão da ética volta sempre. A gente está inventando quinhentas coisas, mas o que nós vamos fazer com isso? O que queremos com isso? Para onde estamos nos encaminhando? Essa pergunta sobre o futuro não está sendo feita, e isso faz parte de como se arranhou viver dentro desse sistema. A publicidade, a televisão, o estado da ideologia geral não coloca para as pessoas a sensação da ameaça, ou seja, da mortalidade, da finitude. Do futuro.

Sobre isso eu queria engatar uma pergunta. Você tinha falado sobre o abandono da linguagem discursiva e da linearidade, da narrativa com começo, meio e fim. Na internet, passa a haver um novo tempo que não é mais linear e, sim, simultâneo, ou mesmo suspenso. É quase uma ausência de tempo.

E que efeitos traz essa dissolução do tempo, que é um dado fundamental quando falamos em futuro e em sustentabilidade?

De um lado, a gente tem de pensar no campo individual: como as pessoas fazem a experiência do tempo. De outro, pensar no tempo coletivo, político, em escala social. Em um sistema econômico-político como o nosso, o tempo foi sempre tratado como dinheiro e, no campo do trabalho, as pessoas são compradas no tempo. A luta contra as excessivas jornadas de trabalho sempre foi uma grande questão, porque, se eu tenho meu tempo, eu tenho minha vida, minha liberdade. E, se eu quiser dominar e explorar você, vou dominar e explorar usando o seu tempo. Então o sistema sabe que, para funcionar, precisa devorar o tempo do indivíduo. E esse indivíduo não vai ter justamente aquilo que vende, que é o seu tempo junto com a sua força de trabalho.

Pensa em uma cidade como São Paulo, em que o indivíduo passa três horas da periferia até o centro para ganhar aquele salário. Três na ida, três na volta e oito no local de trabalho, no mínimo. O que

sobra? E muitas vezes o que ela faz não é interessante. Como a gente gesta a nossa questão do tempo como indivíduo e como a sociedade gesta o tempo geral para que os próprios indivíduos possam ser respeitados na sua questão de pessoas humanas que têm direitos?

A questão do futuro retorna, como fundamental. Mas sempre abafada na nossa cultura, em que é quase errado pensar no que vai acontecer, porque vai se deparar com questões graves como morrer, envelhecer, perder. Mas pensar no tempo nunca vai nos deixar muito felizes mesmo. E também acho que ficar muito feliz não é algo que a gente precisa. A gente precisa mesmo é pensar, porque, mesmo que isso não nos deixe feliz, nos deixa em paz.


Talvez a gente consiga abandonar a angústia desse mal-estar geral que está presente em nossa cultura contemporânea que tem a ver com esses valores malignos como consumir, ter, poder, aparecer, ver, ser visto. Que tipo de ser humano a gente quer ser? Isso não está em pauta e tem pouquíssima gente se preocupando com isso.

E as massas de pessoas que são levadas no roldão dos meios de comunicação, da religião, das instituições, das verdades, da moral, as pessoas não tem a menor chance de pensar nisso. Fico pensando no pobre do indivíduo que não enxerga o que está acontecendo com ele, na classe social que for. E dessa maneira não consegue fazer um projeto de vida bacana pra si mesmo. Porque não consegue perceber em que tipo de teia está enredado. E essa falta de lucidez é um mal desse nosso tempo, hipertecnológico, hiperinformatizado, hiperdigital, e cheio de informação. As pessoas têm muita informação, mas pouco espaço para pensar.

Você encaixaria os movimentos como Occupy Wall Street, Indignados, Primavera Árabe no rol de momentos de lampejos de lucidez, de questionamento sobre aonde estamos indo?

No mínimo, esses movimentos têm uma intuição de que alguma coisa está errada. Não poderemos querer que as pessoas tenham uma explicação teórica absoluta e científica. Essas intuições são maravilhosas, e o fato de que as pessoas se manifestem mostra que está incomodando um pouco mais que simplesmente perceber isso e ficar quieto. Mesmo na internet, as pessoas já falam mais. Quando as pessoas falam mais, elas vão ficando mais inteligentes e lúcidas. Claro que, se não tentarem aprofundar essas intuições, é provável que fiquem naquele estágio de indignação que não leva para muito longe. Mas da indignação é possível partir para a ação ética. As primeiras feministas, por exemplo, eram altamente intuitivas, se incomodavam, deixavam suas ideias por escrito. Depois, aos poucos, foram se unindo, fazendo coisas.

Então, nesse caso, a internet e as redes sociais ajudam muito.

Sim. No evento do Egito é uma coisa, foi bem importante, ajudou. Naquele contexto, o uso que as pessoas fizeram para abrir, para fazer o estardalhaço é uma coisa. Outra coisa é o uso que um tanto de personagens, de atores sociais conservadores e acomodados fazem, por exemplo, no Brasil. Elas acham: estou aqui no Facebook então estou no mundo, não preciso fazer mais nada. Então a gente tem que ter noção disso e saber como usar esses meios. 

A produção do desencanto

Como o modo "hacker" de agir, ao achar e ocupar as brechas dos sistemas, pode mudar o mundo desiludido com as promessas da democracia, do capitalismo e da justiça social **POR ANA CRISTINA D'ANGELO ILUSTRAÇÕES ELOAR GUAZELLI**

Stop Online Piracy Act (Sopa), ou Lei Contra a Pirataria Online, e Protect Intellectual Property Act (Pipa), ou Lei de Proteção à Propriedade Intelectual

O blecaute das grandes corporações funcionou por enquanto. Os projetos **Sopa e Pipa** foram retirados da pauta do Congresso norte-americano. Mas ainda paira a ameaça de regulação da internet com a justificativa do combate à pirataria e a proporção que o debate alcançou resulta em oposição, mas também em pressão para que outros países avaliem uma conduta parecida.

O jogo de forças põe na corda bamba a previsão do filósofo da cibercultura Pierre Lévy de que, condicionado pela mídia digital, o espaço público do século XXI será caracterizado por maior liberdade de expressão, oportunidade de escolha das fontes de informação, além da livre associação em comunidades, grafos de relações pessoais ou conversas criativas que florescem na rede [1]. Mas a aflição pode arrefecer – não sumir –, se considerada a essência hacker: caminhar pelas brechas.

“Invadir um sistema é encontrar uma brecha; o sistema fecha a brecha e o hacker encontra outra, e assim por diante, estamos sempre reocupando”, define Pedro Markun, um dos fundadores da Casa da Cultura Digital em São Paulo, o templo aberto dos coletivos criativos em constante experiência para novos usos e compartilhamento do conhecimento – é outra leitura pertinente para a palavra “hacker”.

Gilberto Gil também endossa a urgência de movimento e atenção quando o assunto é a ameaça à liber-

dade digital: “É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”, espalhou o músico por aí.

Pedro Markun faz parte da rede Transparência Hacker, uma lista de discussão e ações formada por 860 pessoas para uma nova forma de fazer política. A Transparência opera na direção da alfabetização para a inteligência coletiva. Se não basta leitura de jornais e livros para um cidadão consciente, quem vai estimular a capacidade de estabelecer prioridades, selecionar fontes, filtrar informação, categorizar e classificar dados, característica dos participantes da nova esfera pública, como também nos lembra Pierre Lévy?

E, antes da interpretação apressada de que se trata do gueto jovem da classe média, ou coisa de *nerd*, Cátia Kitahara, fundadora do braço brasileiro do WordPress, o programa livre mais usado para criar blogs e sites, lembra que a periferia é um oásis do hackerismo, desde os gatos de energia elétrica ou a proliferação insuspeita de *lan houses*, ou celulares multimídia que permitem que a informação seja produzida e trafegue sem amarras.

“A cultura hacker não é um fenômeno de classe. Está próxima do dia a dia dos excluídos, da periferia, e é uma arma contra sistemas fechados que privilegiam alguns. Acontece que a palavra ‘hacker’ ainda está associada à tecnologia da informática”, diz Cátia. Ela também integra o Hacklab, um *hackerspace* paulistano no qual se preza a autogestão, o compartilhamento e a experimentação.

[1] Acesso em techyredes.wordpress.com/artigos



Nessa direção do que tem mudado na vida pública, pode-se arriscar que tal fuçador profissional é fruto do desencanto com sistemas de governo, crenças, partidos e regimes. Ou, como deduz o filósofo Vladimir Safatle no artigo “A década do desencanto”, publicado na *Folha de S.Paulo*, os novos personagens que entraram em cena na política mundial e transformaram 2011 no ano das revoltas sabem que todo verdadeiro movimento sempre começa com a mesma frase: “Não acreditamos mais”. Desencanto, nesse caso, perde seu caráter pejorativo para impulsionar ações concretas, menos arrogantes e com o espírito da partilha.

E foi com a crença no impossível que o Transparência Hacker conseguiu materializar seu projeto mais ambicioso e ironicamente simples: o Ônibus Hacker. Um antigo ônibus de banda, comprado, transformado e adaptado para percorrer pequenas cidades brasileiras, como uma grande celebração, aportando nos coretos mais distantes, com toda sua potência colorido-simbólica, e dotado das ferramentas humanas e tecnológicas para interagir com o acaso.

Na bagagem, fazer crer para qualquer cidadão que seu poder não é uma fábula, mas está, por exemplo, em propor projetos de lei diretamente no âmbito municipal – com 5% de assinaturas a proposta vai à votação direta, explica Pedro Markun –, cobrar transparência nos gastos públicos ou montar uma rádio para sua comunidade.

"A cultura hacker aproxima-se dos excluídos: é uma arma contra sistemas fechados que privilegiam poucos"

A tecnologia, nesse caso, é informação decodificada. Não a que chega aos borbotões e acaba gerando efeito contrário, porque o sujeito não consegue distinguir o que lhe serve. Mas a informação que pressupõe o ouvir primeiro.

O Ônibus Hacker foi financiado pelo Catarse (veja quadro à pág. 23), plataforma colaborativa que gerou R\$ 56 mil vindos de 464 doadores – outra artimanha da cultura digital que tem dado vazão a projetos democraticamente, sem intermediários, por aclamação de muitos. A necessidade de sair do privilegiado circuito de São Paulo e alcançar outras plagas norteia a estrada do ônibus para este ano, conta Markun.

Existem pedidos para um rolê do ônibus em João Pessoa e Curitiba, festivais, eventos e grupos. “Teve gente que abriu o jogo e disse, claramente: “Veja, não sabemos com proceder nas próximas eleições, o que deve orientar nossos votos, queríamos vocês aqui”, revela Markun.

EMBRIÃO DA INOVAÇÃO

No porão da mesma Casa da Cultura Digital, outra turma maquina invenções em um espaço aberto, nos quais quem tiver interesse em testar tecnologias, criações inovadoras de construção de hardwares e softwares pode participar. O Garoa Hackerspace já construiu coisas tão distintas quanto uma impressora 3D (garoa.net.br/wiki/Impressora_3D) ou um aparelho para você desenhar e

fazer música ao mesmo tempo (acesse em garoa.net.br/wiki/Drawdio).

Trata-se de um embrião do que poderiam ser centenas de núcleos de pesquisa e inovação no País, na visão de Pedro Abramovay, curador do Festival CulturaDigital – o evento que, no fim do ano passado, pôs em evidência e comemorou ações tão distintas e complementares como o Ônibus Hacker, as invenções do Garoa, as ações do movimento Occupy, e reuniu mais de 6 mil pessoas no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em debates, mostras, exposições, experimentos e oficinas.

A alguns meses das eleições municipais, Abramovay acredita que as plataformas dos candidatos podem contemplar projetos como a criação dos *hackerspaces*, na perspectiva de serem mecanismos eficientes e baratos de incentivo à inovação e pesquisa. “São Paulo, por exemplo, poderia construir espaços, com um mínimo de equipamento, para serem geridos coletivamente, nas mais distintas regiões da cidade. Poderia virar a capital mundial dos *hackerspaces*. Haddad, Chalita, Bruno Covas, prestem atenção nisso!”, convoca o curador, em artigo publicado no seu blog [2].

As cidades e os estados, sobremaneira, têm um papel mais imediato e balizador na perspectiva da nova política, emergente da cultura digital. Merece ser falado aos quatro cantos o que fez Porto Alegre ao criar o espaço de colaboração cidadã www.portoalegre.cc.

Cada um dos 82 dos bairros estão representados na plataforma, uma cópia fiel e digital de como a cidade funciona. Ali o morador pode navegar pelo mapa e publicar conteúdos diretamente em redes sociais como Twitter, Facebook, YouTube e Vimeo, falando

de situações que lhe tocam na cidade. Pode convocar seus pares para apoiar seus projetos, e falar direto com o poder público, entre outras ações.

Inspirado no conceito de wikicidades, é exemplo de inovação bem-sucedida em que o cidadão interfere, acompanha, cobra. E também o Cidade Democrática, a plataforma que propõe fazer o link entre ONGs, governos e cidadãos em torno de propostas concretas, caminha com os novos ventos. As questões a serem resolvidas pelos governos, na proposta do Cidade Democrática, provêm das pessoas.

O que falta, para espanto, é que as pessoas realmente digam mais do que precisam, revela Rodrigo De Luna, que integra o grupo. “Para isso, contamos com os jovens da geração digital e com a comunidade hacker para abrir caminho”, diz. “O Cidade Democrática está fundado na lógica hacker, que pressupõe que todos podem acessar e usar o que está disponível, porque o valor está no uso e não na propriedade das informações”, acrescenta.

Outro “wiki” mais conhecido, o Wikileaks passa por maus bocados com o bloqueio de suas contas pelas principais instituições financeiras. Mas, fiel ao princípio hacker, o projeto tem encontrado brechas para receber o dinheiro dos doadores por meio de parceiros/instituições pulverizados pelo mundo. Em São Paulo, um local de doação é a Casa da Cultura Digital, que recebe cheques de doadores para o Wikileaks.

O VELHO E O NOVO

Mas até onde este “novo mundo” se encontra com o velho mundo, dos partidos, vereadores, juízes, foros institucionalizados que ditam as regras e determinam

[2] Leia em observadorpolitico.org.br/2011/12/hackerspaces-ou-sao-paulo-a-terra-do-garoa



"As instituições estão sendo desmanteladas pelo descontentamento. Talvez surja um 'occupy eleição'"

■ O projeto Empreendedores Criativos selecionou sete empreendimentos criativos. O objetivo é analisar e desenvolver de forma colaborativa cada uma dessas ideias, como um *reality show* que faz com que as dúvidas e informações no decorrer de seu processo alcancem todos os interessados

■ A expressão é usada para caracterizar o envolvimento colaborativo dos cidadãos nas plataformas dos governos, aproveitando a inteligência coletiva e o potencial que a internet oferece para a troca de informações e ideias

o futuro da sociedade? Pedro Markun acha que o fim dos partidos está próximo. “As instituições estão sendo desmanteladas por descontentamento, novas coisas surgirão, talvez um ‘occupy eleição’, por exemplo”, arrisca. Já Leonardo Brant, produtor e jornalista que criou um **reality show virtual de economia criativa** [■], pensa que a mudança demanda tempo. “É preciso haver diálogo entre o novo e o velho. Para haver eficácia política é preciso chegar às instâncias de representação, aos partidos, ao sistema eleitoral. O ativismo precisa entrar no mundo real, nas relações interpessoais. Precisa sair do *Second Life*”, opina.

Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula criaram seus institutos independentes como forma de pensar a vida pública na perspectiva da **política 2.0** [■], tal como a senadora e ex-candidata à Presidência Marina Silva está à frente do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS). São todos, como o ex-ministro Gilberto Gil, entusiastas da cultura digital, o que não deixa de ser, cada um a seu modo, um *hackerismo* sobre ideias frescas e aplicáveis em gestação nesse novo cenário.

Uma avalanche sedutora de experimentação, de risco e de ativismo pode considerar essencial para um mundo melhor, por exemplo, a criação de uma plataforma digital em que os sujeitos estejam livres para depositar suas paixões e encontrar aliados para elas. Explico.

Daniel Waismann, programador e empreendedor digital e também um apaixonado por tango, levantou-se e disse acreditar que o mundo será muito melhor caso as pessoas tenham onde exercitar suas paixões. “Eu

proponho uma plataforma digital na qual as pessoas possam falar sobre suas paixões, encontrar pessoas com os mesmos desejos, alugar um espaço e lá exercitar o que gostam.” De pronto, o empresário Oswaldo Oliveira, da Empresa Teia, levantou-se e disse: “Pode desenvolver a plataforma, eu serei seu sócio financiador”. A cena ocorreu em São Paulo durante o Encontro sobre Tecnologia e Ativismo, organizado pela Avina, fundação criada por um suíço para o desenvolvimento sustentável na América Latina.

O LADO SOMBRIO DA FORÇA

Mas o mundo digital também tem suas sombras e não seria exagero dizer que o poder massivo e aparentemente natural das mídias sociais de grandes corporações digitais, como Google, Facebook e afins, vem na contramão do que propõe a cultura hacker, adepta de software livre e redes sociais abertas.

Evgeny Morozov, pesquisador-visitante da Universidade de Stanford e autor de *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom* (algo como “A ilusão da rede: o lado sombrio da liberdade na internet”), publicou um artigo assustador sobre o que se trama neste ambiente e sobre o que não fomos consultados.

“Estamos entregando nossas vidas, fotos de família, memória, histórias e relações sociais a serviços cômodos (ao usuário). Isso é muito ingênuo”, afirma Leo Germani, do HackLab.

Ainda mais cômodos porque, pelo conceito de “compartilhamento sem fricção”, o que seria a próxima tacada

Crowdfunding – semente de uma nova lógica de mercado?

Uma das recentes ideias mais bacanas e bem-sucedidas foi a proliferação e afirmação dos sites de financiamento colaborativo, ou *crowdfunding*. Sem intermediários ou apoio de órgãos públicos ou institucionais, o *crowdfunding* consegue “jogar pra galera” uma seleção de propostas interessantes e colocar sonhos de pé, viabilizando-os financeiramente. Cabe ao internauta a decisão de contribuir ou não para bancar o que é proposto.

Essas plataformas encaixam-se no que Marina Silva chama de “democracia prospectiva”, ou seja, buscar a democracia pelas frestas, por onde é possível, em cima da criatividade que a multidão oferece.

No Brasil, o Catarse, um dos mais conhecidos, foi a ferramenta para viabilizar um documentário sobre a construção da Usina de Belo Monte, o maior projeto que passou pela plataforma, apoiado por 3.429 pessoas, atingindo o valor de R\$ 140 mil. (mais sobre Belo Monte à pág. 44)

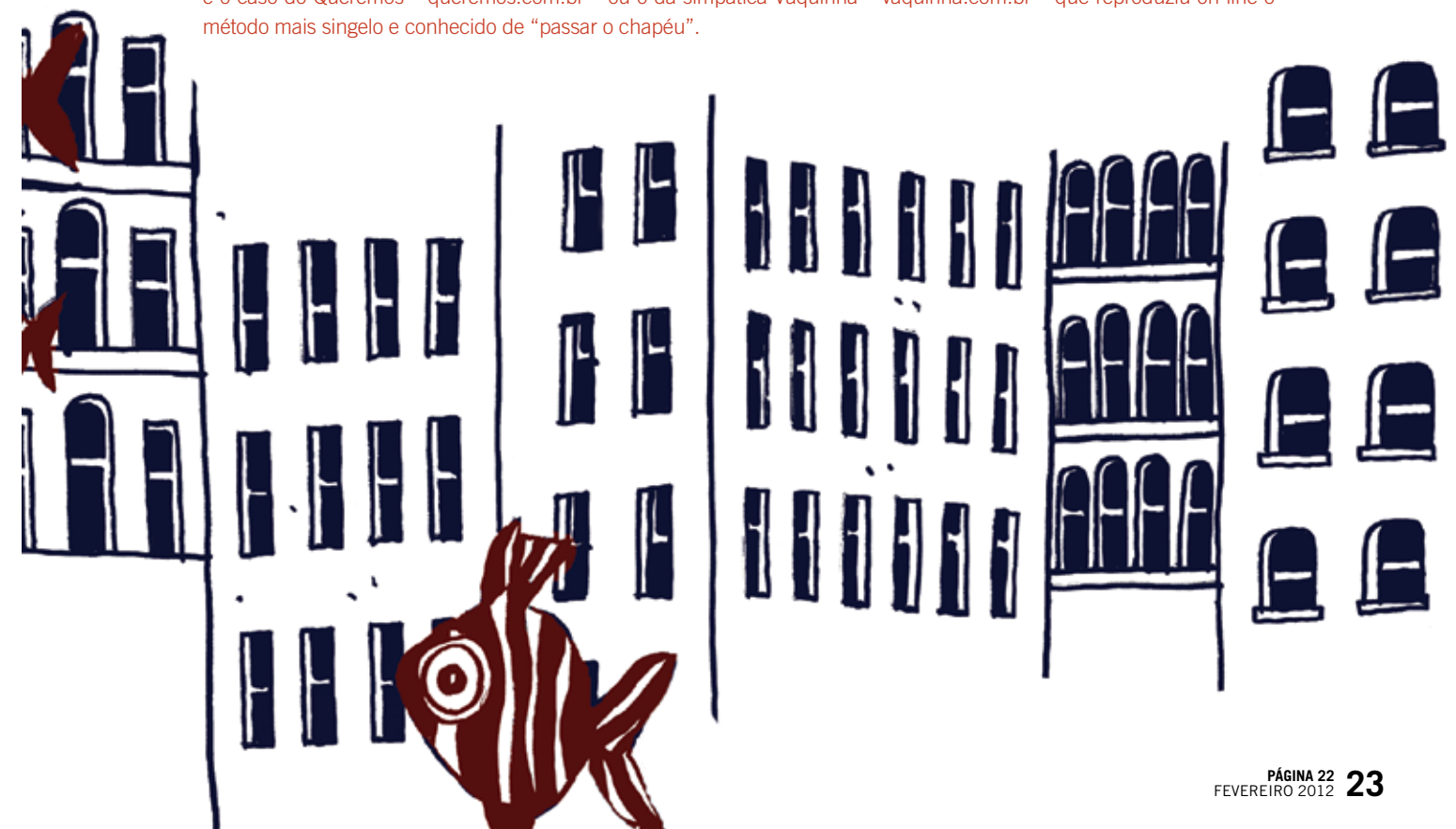
Rodrigo Maia, um dos sócios do Catarse, acha que o *crowdfunding* é apenas a ponta do iceberg de toda uma nova lógica de mercado que surge. “São sintomas de algo que está por vir, advindo da necessidade que as pessoas têm de se relacionar de forma mais direta e personalizada, sem intermediários.”

Sobre a possibilidade de uma bolha à vista, com a multiplicação desses sites e um possível espectador bombardeado e confuso com tantas opções, Rodrigo diz que, “no futuro, veremos o sistema de *crowdfunding* flexibilizado, com uma série de derivações, e é isso que impedirá o esgotamento do modelo”.

Do total de 1.013.725 pessoas que já apoiaram algum projeto no Kickstarter, pioneira e maior plataforma de *crowdfunding* existente, 84% só ajudaram um único projeto. Do restante, 16% são apoiadores recorrentes, e equivalem a 166.823 pessoas.

Os dados mostram que a grande maioria das pessoas só vai apoiar projetos de uma pessoa conhecida, na qual elas têm confiança e acreditam no trabalho, o que é inerente ao sistema do *crowdfunding*, segundo Maia. Mas diz também que estes 16% que apoiam mais de um projeto, de uma forma ou de outra, acreditam no sistema, e o enxergam como uma alternativa importante. Guardadas as proporções, as estatísticas se repetem no Catarse.

A avaliação é que o potencial de crescimento do *crowdfunding* é enorme para os próximos anos. Um longo caminho para ferramentas que começaram quase ingenuamente, juntando gente que desejava ir a um show, por exemplo, como é o caso do Queremos – queremos.com.br – ou o da simpática Vaquinha – vaquinha.com.br – que reproduziu on-line o método mais singelo e conhecido de “passar o chapéu”.





"Por outro lado, o poder das grandes corporações digitais tende a crescer com as novas tecnologias"

do Facebook, o site não mais "perguntaria" ao usuário se ele quer compartilhar um link, uma música, um texto, mas faria isso automaticamente entre nossos pares, nos poupando dos botões de "curtir" ou "descurtir". Como um *big brother*, daria conta de tudo o que fazemos on-line e, não bastasse, distribuiria essa informação a quem bem entendesse.

Dessa maneira, delata o artigo de Morozov, estaríamos cada vez mais numa bolha, fazendo circular interesses comuns, sem lugar para o acaso, a surpresa ou o que estivesse muito fora desse gosto médio.

"É hora de percebermos que o Facebook está eliminando a alegria, o caos e a natureza idiossincrática da internet, e substituindo tudo isso por sorrisos artificiais e eficiência tediosa (*e, portanto, 'sem fricção'*)", diz o pesquisador, que vê nisso um desastre ao pensamento crítico.


Essa tendência aparece ainda em dois bons vídeos. O primeiro, do Tedx Concordia (bit.ly/gReRZe), trata da perda de "serendipidade", um neologismo para denotar descobertas ao acaso. Lenny Rachitsky mostra, então, como a vida seria muito pior sem essa abertura para o inesperado. No segundo, Eli Pariser discorre sobre as "bolhas de filtros" a que estamos submetidos quando navegamos pela internet (bit.ly/hZSF78), dirigindo nosso olhar e evitando que entremos em contato com o contraditório e o inesperado.

Mas, com o alcance indubitável da mídia social, ficar de fora é mesmo uma boa? Pedro Markun acha que se trata de uma relação de amor e ódio. As mídias

sociais são os principais canais para divulgação das ações culturais, do ativismo e de propostas no âmbito da cultura digital.

Por outro lado, existe o pseudoativista, detonador e apoiador de qualquer causa na rede, mas que mal se move da cadeira para uma ação na vida real. "Um exemplo claro disso pra mim foi um evento no Anhangabaú. Vi várias pessoas compartilhando informações do evento, mas quase ninguém ia por causa da chuva. Elas achavam que estavam fazendo alguma coisa pelo simples fato de compartilharem a notícia, mas praticamente não fizeram nada", conta Cátia Kitahara, do Hacklab. (*mais sobre o assunto em Entrevista à pág. 12*)

A revolução digital não tem volta, mas há distintos pontos de vista sobre o controle da internet pelas grandes corporações. Leo Brant, do Empreendedores Criativos, acha que os velhos vícios serão substituídos por novos vícios e que o poder concentrador dos grandes conglomerados de mídia tende a aumentar com as novas tecnologias. "Não acredito numa subversão total do padrão de consumo de informação", afirma.

Já Rodrigo de Luna, do Cidade Democrática, pensa que as formas de controle terão de se aprimorar muito para dar conta do salto evolutivo da web. "Essa tensão sempre vai existir, mas hoje é muito mais difícil controlar." E assim voltamos às brechas, do início desta reportagem, aquelas às quais os peixes urbanos e coloridos de Eloar Guazelli, em meio ao concreto vertical, fazem uma bela analogia. 

[COLUNA]

Escravos da informação | Quando a tecnologia digital nos deixa burros, muito burros demais REGINA SCHARF*



Para se tornar taxista em Londres, o candidato passa por uma prova duríssima. Ele precisa demonstrar que conhece todas as ruas e becos em um raio de 10 quilômetros do centro da capital britânica. Estamos falando de 25 mil vias públicas e 20 mil pontos de interesse. É um estudo que pode levar até quatro anos e, segundo pesquisa de neurologistas da University College London, faz com que esses motoristas tenham uma parte do seu cérebro, o hipocampo, hipertrofiada em relação ao comum dos mortais.

Mas o que acontece quando esse mesmo taxista adquire um veículo guiado por GPS? Ele simplesmente desliga seu arquivo mental e torna-se refém de uma máquina nem sempre confiável.

A revista *The Economist* ilustra esse risco com a seguinte história: uma das sobrinhas da princesa Diana decidiu ir a Londres para assistir a um clássico do futebol. Chamou um táxi para fazer a viagem de 300 quilômetros e pediu que ele fosse a Stamford Bridge, o famoso estádio onde Chelsea e Arsenal se enfrentariam. O motorista jogou o nome no GPS e, horas depois, descobriu-se do outro lado do país, numa cidade com o mesmo nome. A garota, claro, perdeu o jogo, e o motorista, a reputação.

Em um outro episódio mencionado pela revista, um motorista de caminhão saiu da Síria com destino a Gibraltar, no sul da Espanha, mas se desviou 2.500 quilômetros e acabou na costa inglesa devido à sua confiança cega no sistema de posicionamento remoto. Aparentemente,

nem a travessia do Canal da Mancha chamou sua atenção para o erro.

Claro que a possibilidade de estocar e acessar grandes volumes de informação, seja no GPS, na internet, seja em um banco de dados privado e confidencial, amplia nossa capacidade de tomada de decisão, reduz o tempo gasto com o processamento do conhecimento e, em muitos casos, aumenta a transparência e a democracia. Mas, como esses dois casos indicam, quando fazemos um uso acéfalo da tecnologia, corremos um risco sério de perder o chão caso esses sistemas falhem.

E os riscos de falhas são grandes, por dois motivos: primeiro, em decorrência da ação de *hackers* e cyberativistas; segundo, pelo fato de que os bancos de dados sofrem um processo constante de depreciação e perda de informação. Isso exige a produção periódica de cópias de reserva – e nem todos têm a disciplina e a disposição para fazer isso.

A excessiva dependência de bancos de dados digitalizados pode pôr em risco, até mesmo, a sobrevivência de empresas e outras operações complexas. No começo de dezembro, o grupo de *hackers* Anonymous anunciou que tinha conseguido quebrar um escritório de relações públicas de Washington com longos anos de serviços prestados à gigante da biotecnologia Monsanto, alvo de uma de suas campanhas.

The Bivings Group encerrou suas atividades logo após um ataque virtual que comprometeu o seu website e espalhou informações sigilosas de seu banco de

dados. Seus dirigentes abriram uma nova empresa com perfil similar, e apressaram-se a anunciar que a decisão não tinha nada a ver com a invasão de Anonymous. Mas sua versão não colou. Num outro episódio, em abril, a Barracuda Networks, uma empresa que desenvolve softwares de segurança, foi atacada quando desativou seu sistema de proteção a ataques para manutenção. A empresa continua firme, mas é certo que sua reputação levou um baque.

Os governos também estão cada vez mais dependentes de bancos de dados informatizados. Meses atrás, diversos órgãos americanos anunciaram que pretendem reduzir dramaticamente o volume de papel processado. O Departamento do Tesouro, por exemplo, deverá economizar US\$ 524 milhões ao longo dos próximos cinco anos

com a **substituição dos cheques** para beneficiários por depósitos em suas contas bancárias, entre outras transações. O Instituto Nacional de Saúde vai reduzir o número de entrevistas para estabelecimento de benefícios devidos e ampliar as pesquisas pela web, o que deverá levar a uma redução de gastos de US\$ 62 milhões até 2015.

Delegar conhecimento, processos e a tomada de decisão a máquinas com uma capacidade infinitamente maior do que a nossa é uma tentação confortável. Mas temos de ficar atentos à mitigação dos riscos associados. Ou acabaremos do outro lado do mundo, com cara de cachorro caído de um caminhão de mudanças.

Hoje, a emissão de um cheque custa US\$ 1 ao governo, dez vezes mais que o depósito eletrônico

* JORNALISTA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE



Retornável

FOTOS RAG TEXTO AMÁLIA SAFATLE

Na Praia de Catuama, próxima à Ilha de Itamaracá, em Pernambuco, um observador atentou que o lixo ali entre pedras e areia não era legado recente da presença humana. E sim devolvido e capturado continuamente pelo vaivém das marés, jogado fora tantas vezes, tantas vezes recuperado. Daí a vontade de congelar uma fração desse movimento cíclico, em forma de retratos. Ricardo Aguiar – que, depois de 20 anos como diretor de arte em cinema, renomeou-se RAG para identificar a nova fase da carreira como artista visual –, registrou esses instantes nietzschianos do eterno retorno, em que os fatos, com seu número limitado, tendem a se repetir indefinidamente no tempo infinito. [lza](#)





Em falta, a alma da democracia

POR BRUNA BORGES FOTO LUCAS CRUZ

Com mais uma eleição este ano, surge um fio de esperança de mudança e renovação do jogo político brasileiro. Mas, para Fernando Henrique Cardoso, a política brasileira, em sentido metafórico, morreu. Ao mesmo tempo, o que temos é a arquitetura da democracia, mas não sua alma. Segundo o ex-presidente, em entrevista concedida a PÁGINA22 em novembro passado, os partidos não representam seus eleitores e a população não é consultada efetivamente sobre as decisões tomadas em Brasília. E o que é mais grave: “A corrupção virou condição para a governabilidade”, diz.

É nesse contexto que os movimentos de cidadãos insatisfeitos, conectados em redes sociais e tomando as praças, aparecem como uma modalidade importante de participação e de evolução democrática. Mas, entre sonháticos e pragmáticos, Fernando Henrique defende a “utopia viável” e pondera, valendo-se de Maquiavel: “Quando você vai fazer uma reforma, a dificuldade de aplicá-la é que os beneficiados pela reforma nem percebem; já os que vão perder com ela sabem logo. Por isso, unem-se e bloqueiam a mudança”. Para Fernando Henrique, um engano muito comum é pensar que as pessoas preferem o novo. “Isso não é verdade. Elas têm medo e escolhem aquilo com que estão acostumadas.”



■ O sociólogo e cientista político Fernando Henrique Cardoso foi presidente da República nos anos 1995 a 2002. Hoje dirige o Instituto Fernando Henrique Cardoso

O Brasil vive uma democracia real?

Certamente há uma confusão ao pensar que basta ter uma formalidade democrática para ter democracia. Nós temos eleição e liberdade. Os partidos se organizam como querem. E, apesar disso, as pessoas não se sentem comprometidas com a política. Uma vez colocado o voto na urna e escolhido o representante, o político eleito vai para um lado e o eleitor vai para o outro. Então, o que precisa é conectar mais. Isso não quer dizer que o voto, a representação e os partidos serão retirados da democracia. Mas só isso não esgota o exercício dela. É mais que isso. Por exemplo, no Brasil nós ainda não temos um sentimento, que é fundamental à democracia, de que somos todos iguais perante a lei. Não somos iguais nem perante a lei. Tem gente que vai para cadeia e tem gente que não. Está errado. Se a lei é a mesma, tinha de ser aplicada a todos. Então ainda temos de caminhar muito para efetivamente ter democracia. O que temos é arquitetura da democracia, falta a sua alma.

Diante disso, quais seriam as maneiras de o cidadão se envolver politicamente?

Penso que plebiscito é algo importante, mas não para tudo. Se o presidente é carismático e coloca as decisões em plebiscito a toda hora, ele sempre ganha e não dá tempo para que as pessoas pensem e tomem uma posição sobre o tema. Nossa Constituição diz que, para que haja um plebiscito, é preciso que o Congresso aprove. O presidente não pode chamar um plebiscito porque ele pode ser usado como uma arma antidemocrática. Certas matérias, se colocadas em plebiscito, sem dar condições para a sociedade ficar informada, podem ter resultado que não seja bom para a democracia. Vou dar um exemplo: pena de morte. Se você colocar em plebiscito vai ganhar o “sim”. Ou que a penalização das pessoas começa aos 14 anos, vai ganhar o “sim”. E será que isso é bom?

Você também pode participar por meio das redes sociais. Ou a cada vez que o presidente ou o Congresso faz uma escuta para aprovar uma lei. É comum que, antes de votar, se coloque a lei na internet. É para que as pessoas opinem sobre o projeto. Quando a lei está no Congresso, chama-se uma audiência pública para a mesma função. Não era assim no passado.

Agora, já começa a existir mais interconexão entre o governo e a sociedade, entre as instituições e as pessoas. São formas de ampliar sua participação no jogo democrático. E não é só para pensar as grandes decisões do Congresso, às vezes é para pensar coisas muito mais simples. Eu quero ou não quero que passe ônibus numa avenida? Isso precisa ser debatido com as pessoas que estão lá. A sociedade moderna é uma sociedade que discute e que pergunta. Você não resolve só do seu gabinete. O político pode até buscar uma resposta técnica para justificar uma transformação, mas deve tentar convencer os envolvidos na decisão de que ela é boa.

E, para que a sociedade delibere, o governo a tem informado sobre as decisões que toma?

No Brasil estamos no momento em que as grandes decisões não passam pela discussão. Belo Monte é um exemplo (*mais à pág. 44*). Ou qualquer decisão que vai mudar a vida de muita gente, como a construção de um trem-bala. No fundo, isso não foi propriamente

discutido na sociedade. Quando o governo mostra esses grandes projetos na imprensa ou na televisão, é propaganda, não é deliberação. Não são mostrados na TV para checar se a população quer dizer sim ou não para aquilo. São para convencer a todos dizerem sim àquela proposta.

Eu sinto que foi isso que aconteceu com Belo Monte. A opinião não foi formada. As pessoas nem sabem o que se passa lá. É preciso sempre perguntar se há alternativas para os impactos daquela obra. Não dá para tomar uma decisão sem ver os diversos ângulos e perguntar: “Vocês sabem que serão afetados? Quais são os efeitos?” (*Lembrando que a Usina de Belo Monte foi projetada no governo militar e incluída no programa Avança Brasil, na gestão de FHC.*)

Ainda estamos longe de uma verdadeira sociedade que delibera e decide. Aqui se toma uma decisão, faz-se uma audiência pública para fingir que perguntou para a população e a maioria não sabe nada sobre o assunto. Ela nem chegou ao ponto de se interessar pelas questões.

Voltando ao exemplo de Belo Monte: quanto vai custar a linha de transmissão? Quanto se perde de energia de lá até aqui? Será que compensa? Talvez os mais técnicos saibam, mas eu não sei e acho que você também não. Então, não houve uma discussão propriamente dita e, depois, já é irreversível. Está feito. Esses vídeos de protestos que surgem na internet servem para constranger quem tomou a decisão. E terão efeito eleitoral, além de ampliar a consciência da sociedade. É preciso debater mais sobre essas questões na época das eleições e forçar as pessoas a se comprometerem com as causas.

O Brasil escolhe seus governantes por meio de representação de candidatos eleitos que são filiados aos partidos. O senhor acredita que eles de fato representam as necessidades da população?

Não acho. O Brasil tem muitos partidos que não são partidos. Deveriam ter uma proposta, uma visão, uma filosofia, uma posição diante da sociedade. E ter uma organização para integrar essas ideias. Mas, aqui, os partidos não têm compromisso com os valores. Alguns tinham, alguns ainda têm. Mas existem 20 partidos ou mais. Eu nem sei o nome deles. Normalmente, nas democracias organizadas e maduras, os partidos representam valores e interesses de segmentos da população. Uns querem educação pública, outros querem educação privada. É legítimo. Desde que o partido indique uma posição e eleja políticos para defender isso.

No Brasil, não acontece isso. Na campanha não são colocadas essas questões, todos falam a mesma coisa. Faz-se uma pesquisa e a população diz que a saúde é o que se tem de pior. Então, fala-se na campanha que vão melhorar a saúde. Enfim, dizem só coisas comuns. O discurso é quase o mesmo. A diferença é no modo de fazer, com mais simpatia ou menos simpatia. Quando chegam ao Congresso, aí os interesses da sociedade organizada tentam “pescar” quem vai se ligar a eles. É claro que isso é insatisfatório.

A política está “doente”, então?

Na Europa, já morreu. Os primeiros-ministros da Grécia e da Itália são técnicos escolhidos pelo mercado abertamente. Na Itália, era uma pessoa que nem era do Congresso, então foi nomeado um economista respeitado como senador vitalício para ele chegar ao cargo.

Os políticos até hoje não sabem como lidar com a internet. Ou você cria confiança ou não passa a mensagem

Bom, então, para que política? Ali, realmente, está morta. Os políticos fizeram tanta loucura que perderam a conexão com a sociedade e a capacidade de dar resultados a ela. E é nessa hora que a população ou os grupos de interesses se mobilizam e vão para as praças dizer: vocês não estão fazendo nada, queremos outra coisa. É como dizer metaforicamente que a política morreu. Que isso nem é política.

Política, no fundo, são as condições pelas quais alguém pode mandar nos outros e tomar as decisões por eles. Na democracia, você tem de ter algum grau de aceitação. E a política é sempre uma interação: o que se pode fazer, até que ponto se comanda e quem comanda. E ela existe em todo lugar, na família, no trabalho, no meio artístico, nas religiões e na sociedade. Só pode morrer no dia que não tiver mais quem mande. Enquanto existir hierarquia, sempre haverá o questionamento: “Por que eles estão lá em cima e eu não? Como eu chego lá?” Isso é que é a política. E a Constituição é para dizer dentro de quais limites a pessoa manda.

O governo tem de oferecer resultados, melhorar educação, dar mais emprego. E, quando deixa de fazer essa política, já não serve para mais nada. O que está acontecendo, hoje, é isso. Nesse sentido é que, metaforicamente, estão dizendo que a política morreu, mas não vai morrer nunca.

Existem outros meios satisfatórios para alinhar as ações do Congresso às necessidades da sociedade no sistema de representação em que vivemos?

Muita gente está insatisfeita com o sistema eleitoral que nós temos. E é difícil mudá-lo, porque os que estão lá não querem mudança. Eu sou favorável ao voto distrital. Mas ele não será aprovado agora, porque os que foram eleitos não querem que mude o sistema que os colocou lá. Eles têm medo. Um engano muito comum é pensar que as pessoas preferem a coisa nova. Isso não é verdade. As pessoas têm medo do novo e preferem aquilo com que estão acostumadas. Quando você vai fazer uma reforma – quem dizia isso era Maquiavel –, a dificuldade de aplicá-la é que os beneficiados pela reforma nem percebem, já os que vão perder com ela logo sabem. Por isso, unem-se e bloqueiam a mudança.

Do jeito que vai, vai mal, todo mundo sabe. E já faz muito tempo que sabe e vai lá e ainda vota da mesma maneira. E depois esquece em quem votou. Como o caso Tiririca. Ao votar nele, elegeram-se outros quatro e mal se fica sabendo disso. O problema não é votar no Tiririca, mas levar ao Congresso outros que nem foram escolhidos. A Lei da Ficha Limpa foi um bom procedimento. Acho que é correto, mas somos muito burocratizados, então é possível que o candidato tenha dificuldade para cumprir todas as suas obrigações.

Os partidos podem apresentar suas contas livremente e deveriam, porque tem uma lei no Brasil que permite aos partidos receberem recursos de pessoas e de empresas. Então, por que há tanto mercado negro se é legal receber esse dinheiro? É porque, quando a empresa dá dinheiro para o político, dá o do caixa 2, e ele não pode declarar que recebeu. Tem muito dinheiro que é de corrupção. O custo da campanha é muito alto por causa do sistema eleitoral. Por isso, o voto distrital é melhor, pois atinge um eleitorado menor e cada partido terá um só candidato naquela circunscrição. Isso barateia a eleição. (*mais na reportagem “Antes... e depois?”, edição 59*)

Como a campanha é voltada para eleitorados muito grandes, ela depende da televisão, que o governo paga, mas a produção do programa é caríssima. Então, nós criamos uma camada de gente que vive de campanha, que enriquece durante a campanha. A campanha na internet seria bem mais barata. E isso de que estamos falando aqui não dá para falar na campanha. Precisa preparar o clima antes. Por isso, essas redes são úteis para ampliar as informações sobre qualquer transformação.

Mas os políticos sabem usar a internet?

Os políticos até hoje não entenderam como lidar com a internet. Eles se lembram dela apenas na hora da campanha, aí não adianta. Ou você cria fidelidade e confiança por meio desses canais com os eleitores, ou não passa a mensagem. Não adianta usar a internet para fazer propaganda, como se faz na televisão. Porque, para funcionar, é necessário ser interativo. Se você fala uma coisa, o outro responde e você tem de se explicar. E os políticos não perceberam isso.

Nas redes sociais estão surgindo fóruns de discussão e encontros de pessoas insatisfeitas com a política que é feita no País. São grupos difusos que ainda não definiram pautas e meios de atuação. Estão em um estágio de planejamento e sonho. Na sua avaliação, esses grupos podem realizar transformações efetivas a partir de um sonho?

Se você não tiver nenhum sonho, vai fazer uma política pela manutenção do que aí está. Se quiser falar de uma maneira mais pedante, fale em utopia. E não há política verdadeira sem utopia. Utopia, por definição do grego, é: não está em lugar nenhum. Eu costumo usar o termo utopia viável, que é uma contradição dos termos, porque a utopia, em si, não é viável. Mas precisa ser, não se pode inventar um sonho que não permita nenhum caminho. São necessários mecanismos que liguem essa sonhática com a pragmática, quer dizer, com o que acontece de verdade na sociedade, no Congresso e nos partidos.

Essa sonhática é um momento inicial de negação do que está acontecendo. Quando percebo que não quero isso que está aqui,

quero algo melhor, mas ainda não há o caminho. E isso é importante. Se você não tiver essa capacidade de enxergar uma coisa diferente do que está aí, não se muda nada. Na política, você sempre tem de prestar atenção aos sonhadores. A Marina Silva representou um pouco isso: um sonho de outro modo de relacionamento com o meio ambiente. Mas a Marina não tinha caminho nem estrutura para chegar lá. E um dos meios de acesso é institucionalizar, e essa é que é a dificuldade.

Como se transforma um desejo numa prática? E uma prática que não seja só sua, mas compartilhada? O político não pode ter compromisso só com o ideal dele, ele tem o compromisso de pelo menos aproximar o ideal dele às práticas coletivas. E de criar condições de sua ampliação. Isso é complicado, porque geralmente quem sonha não gosta da prática e quem gosta da prática não gosta dos sonhos. Mas a vida é isso. Impulso de transformação. Se não, não está vivo.

O senhor considera possível encontrar o caminho dessas transformações só por meio dessas redes, de forma apartidária?

Não. Só a internet não funciona. Precisa também do institucional. Mas a sociedade não se mobiliza a toda hora. Os partidos e os políticos ficam o dia inteiro tomando posição, mas a sociedade não faz isso. Mesmo na internet é assim, você liga e desliga da rede quando quer, diferentemente do político, que está o tempo todo ligado. Em certos momentos, a sociedade se contagia, como ocorreu com a Primavera Árabe, porque alguns fatos provocaram aquilo. Existem hoje os agitadores de internet, na Sérvia existe uma ONG especializada em treinar as pessoas para atuar em protesto de internet. Então não é totalmente espontâneo. Há um pouco de organização. E uma mudança como aquela ocorre quando a sociedade não aguenta mais. É uma somatória de autoritarismo com desemprego e as pessoas com mais acesso à informação.

A política tradicional é muito mais apta que as redes a absorver os interesses de quem pratica a corrupção sistêmica

O senhor afirma que o institucional também é necessário, mas nem todo movimento quer se institucionalizar.

Sempre há o risco de que os movimentos sociais sejam aparelhados pelas forças institucionalizadas dos partidos e dos governos, e muitos são. Como o MST (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*), que é dominado por um partido. Mas na internet fica mais difícil ser aparelhado, porque tem mais gente que opina livremente. Falta pensamento sobre esta matéria. Surge aí uma relação de responsabilidade, que é nova. Vou usar uma expressão que não existe, é a volta ao *peçoalismo*. Eu, como pessoa, estou de acordo ou não. Sou um eu conectado e consciente do conjunto. Não sou mais um eu no meu egoísmo que foi desenvolvido pelo individualismo capitalista. Há uma dimensão de solidariedade também aí. Na internet, as pessoas querem saber se vão ou não, se aceitam ou não. Elas participam diretamente. Você entra na rede ou sai dela. Não é permanente nem estável. E nem individualista no sentido antigo de defender apenas o próprio interesse. Eu agora quero opinar e não ser manipulado pelo partido, movimento ou organização.

Mas uma política mais arejada e horizontal pode ser atraente também aos corruptos.

Não há um meio de bani-los automaticamente. A corrupção sempre existiu na sociedade. Você não vai acabar com isso, então é preciso colocar gente corrupta no seu devido lugar. O que estamos vivendo no Brasil é um processo mais complicado em que a corrupção vira condição para governabilidade. Todo mundo sabe que o governo tem voto no Congresso se entregar um ministério para o partido tal e que este partido vai usar o ministério para obter recursos para se manter como partido e para as pessoas dele. Mudou a função da corrupção, passou a ser parte do jogo político. Esse tipo de corrupção não entra na rede, porque ela não tem como, ela não serve para isso. A política tradicional é muito mais apta que as redes a absorver os interesses de quem quer praticar essa corrupção sistêmica.

Uma pauta ainda pouco defendida entre os políticos é a da sustentabilidade. Em 2007, o senhor afirmou a PÁGINA22 que política e sustentabilidade não combinavam muito, pois a política pensa no aqui e agora, já sustentabilidade depende de trabalhos a longo prazo. O senhor mantém essa afirmação?

A afirmação anterior diz respeito à política tal como é feita no Brasil, que é imediatista. Mas quem tem visão de Estado não pode ser imediato, tem pensar no que vai acontecer no futuro. Eu acho que há quem possa conciliar política e sustentabilidade, não é o caminho comum entre os políticos, mas é uma necessidade.

O senhor acredita que a Rio+20 pode trazer novos caminhos?

É importante que haja esse espaço de discussão, pois atinge os tomadores de decisão. A posição do Brasil na Convenção de Estocolmo (1972) era “bendita poluição, nós queremos indústria”. E o Brasil mudou muito desde a Rio-92. Antes não existia consciência alguma. A Rio+20 vai ajudar se tudo for bem colocado e explicado. O povo é que não toma muito conhecimento disso. www.fgv.br/ces/pagina22

ASSISTA AO VÍDEO COM TRECHOS DA ENTREVISTA NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22

[ANÁLISE]

A bandeira é **turquesa** | O verde mais o azul dos oceanos dá a cor simbólica do movimento pela sustentabilidade, que pede mais clareza do que se pretende para um projeto de sociedade e para a conflituosa agenda política de 2012 **JOSÉ ELI DA VEIGA***

O “Movimento Nova Política” contrapõe-se, denuncia e rejeita a “velha política”. Um imenso equívoco, por, ao menos, três razões.

Primeiro, nem tudo que é novo é melhor que o velho, pois novo não é sinônimo de bom. Novos fenômenos políticos podem ser tanto ótimos quanto péssimos. No século passado, quando surgiram os piores – o fascismo e o nazismo –, eles estavam entre os mais novos.

Segundo, nem tudo o que é velho merece ser rejeitado. Seria ignorar as inúmeras conquistas democráticas dos últimos 300 anos. As que permitem lutar pelos grandes ideais da sociedade moderna, catalogados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Claro, a eles precisa ser incorporado o da sustentabilidade. Mas não é motivo para que sejam atirados nessa espécie de vala comum que os entusiastas da nova política chamam de velha política.

Terceiro, o novo sai de dentro do velho, e o velho continua sempre presente no novo. Mesmo atitudes muito bem refletidas partilham padrões essenciais das reações dos outros primatas, para nem falar de elefantes, cachorros ou roedores.

Bastam essas três considerações para que se perceba quanto é ingênuo brandir o novo contra o velho. Em vez disso, é preciso procurar saber o que leva uma sociedade a escolher, ou a não escolher, o que há de melhor, tanto no novo como no velho. Isso obriga um movimento que queira ajudar o avanço socioambiental a se definir em termos

menos toscos do que essa pretenciosa encarnação do novo contra o velho. Também permitiria que ele se distanciasse de messianismos. De corte metafísico, por um “Novo Mundo”, ou do materialismo vulgar, por um “Novo Homem”.

É ainda mais infantil a tendência do movimento em opor “sonháticos” a “pragmáticos”. Pois é imprescindível ser realista para que se possa cultivar e praticar uma boa utopia, no mais rigoroso sentido filosófico desse termo: o conjunto de ambições que alicerça as esperanças por uma sociedade preferível à qual se vive.

O mais engraçado é que os “sonháticos” levantam sérias suspeitas sobre a própria postura quando dizem que os adeptos do “Movimento Nova Política” podem escolher entre três opções: aderir a qualquer dos atuais partidos, empenhar-se na fundação de um novo partido, ou radicalizar sua postura extrapartidária. Poderia haver mais óbvio pragmatismo?

Não será fácil romper com essas ingenuidades e incoerências. Pois o desafio é definir com clareza o que se pretende, tanto no que se refere a um projeto de sociedade quanto sobre a conflituosa agenda da vida política de 2012, em termos mais imediatos e práticos.

Seria ilusão tentar apontar, aqui e agora, quais seriam as respostas a tamanho desafio. Mas certamente é possível indicar referências que poderiam ajudar os adeptos

do “Movimento Nova Política” a descenderem da estratosfera para formular uma plataforma com um mínimo de consistência.

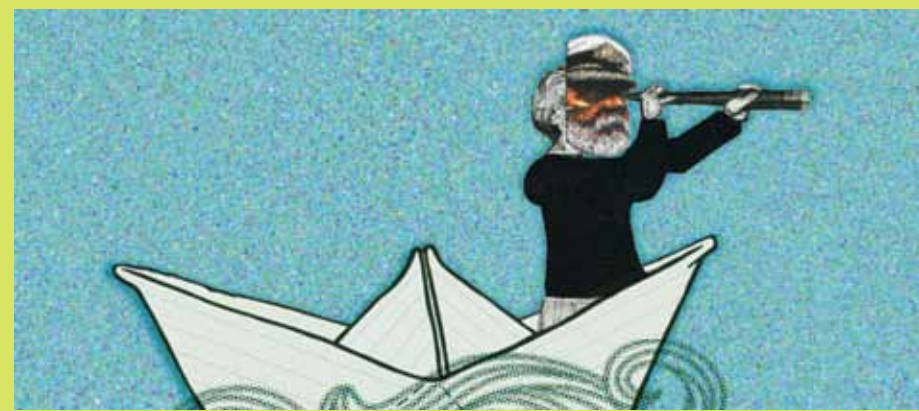
O documento *Causa Comum*, lançado em 2010 por cinco importantes entidades britânicas, sob a coordenação do WWF-UK, está agora disponível em português na página www.zeeli.pro.br. Sua leitura mostrará, entre outras coisas, a importância de entender melhor a empatia como característica fundamental das pessoas, em oposição ao egoísmo, o outro polo da principal contradição de nossa espécie.

A partir daí, será preciso aprofundar esse entendimento pela leitura de um belíssimo livro lançado em 2010 pela Companhia das Letras: *A Era da Empatia*, de Frans de Waal. E torcer para que surja logo a tradução da última obra de Jeremy Rifkin: *The Empathic Civilization* (New York: Penguin, 2009).

A segunda principal fonte de ideias para a formulação de uma razoável plataforma está no imenso material bibliográfico já produzido para a Rio+20. Principalmente as abordagens de três instâncias das Nações Unidas: o Pnuma, o Pnud e o Ecosoc. A partir de março, elas serão examinadas em disciplina do programa de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da USP, que também poderá ser acompanhada online pela mesma página web.

Por último, mas não menos importante, é preciso pensar na cor simbólica desse movimento pela sustentabilidade que nasce sob a ilusão da “nova política”. Uma cor que seja acrescentada às dos três grandes ideais da modernidade, simbolizados pelo azul da liberdade, pelo branco da igualdade (ou equidade) e pelo vermelho da fraternidade (ou solidariedade). Mas sem insistir no equívoco dos alemães que escolheram o verde. Pois os oceanos são tão ou mais importantes que a cobertura vegetal dos continentes para a conservação da biosfera. E azul com verde dá turquesa.

* PROFESSOR DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E DO INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS. WWW.ZEELI.PRO.BR



Parece, mas não é

Produção ilegal de madeira apropria-se do sistema de fiscalização para expandir suas atividades. Certificação é uma das saídas para o problema **POR BRUNA BORGES ARTE LUÍS MOURÃO**

Há mais rigor no rastreamento e comercialização da madeira, mas – acredite – isso não garante que o produto que compramos dentro da lei tenha realmente origem comprovada. Quem atua na ilegalidade utiliza o próprio sistema criado por órgãos de fiscalização para nos convencer de que essa madeira sem exploração autorizada é legal. É o que se chama de “esquentar” a madeira.

Não há um cadastro único no País da produção madeireira, pois desde 2006 o controle passou do Ibama para os estados. Mas estima-se que 36% do total da exploração madeireira da Amazônia Legal sejam ilegais. Os dados não oficiais são do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e referem-se ao ano de 2009.

Considerando-se apenas os números do Pará, estado com mais registros de desmatamento da região, a atividade de extração não autorizada pelo órgão responsável chega a 76%, cerca de 4,7 milhões de metros cúbicos.

“Essas estimativas são bastante imprecisas, mas pesquisadores afirmam que entre 50% e 80% da madeira originária da Amazônia tenha algum grau de ilegalidade em sua cadeia produtiva”, afirma o engenheiro florestal Mauro Armelin, coordenador do Programa da Amazônia do WWF-Brasil. “São diversos os meios: na falta da documentação obrigatória, em questões fundiárias impróprias, na inconformidade dos documentos, no transporte, na legislação fiscal ou trabalhista irregular.”

É preciso que o Ibama e as secretarias de meio ambiente dos estados aprove um plano de manejo

para explorar a madeira. Eles emitem documentos que comprovam a atividade legal. No entanto, se o produtor “comprar” autorizações de áreas inexistentes ou áreas existentes, mas inviáveis para manejo, consegue esquentar a madeira ilegal.

Para escoar a produção ilegal existem duas fases da cadeia que a madeira pode ser inserida nos sistemas de controle de fiscalização: no manejo florestal e nas serrarias. “É mais difícil combater o falso legal do que o ilegal informal”, diz Roberto S. Waack, CEO da Amata, empresa que trabalha com manejo sustentável e tem como principal produto a madeira certificada. Waack também integra o conselho mundial do Forest Stewardship Council (FSC).

MANEIRAS DE BURLAR

Um modelo comum para burlar o sistema é superexplorar o volume de madeira. Para isso, o produtor mal-intencionado aprova um plano de manejo na Secretaria de Meio Ambiente que permite o corte de árvores em um volume determinado, e o explorador colhe muito mais e não é devidamente auditado. Se em determinada região existem 200 metros cúbicos de madeira autorizados, por exemplo, ele explora 500 metros cúbicos e os 300 restantes são obtidos ilegalmente, ou seja, sem origem comprovada.

Esses produtores entram no sistema legal e aprovam a quantidade superexplorada por meio de propina e também por confiança na impunidade. “A Amazônia tem dimensões gigantescas e jamais teríamos condições

Com custos em dobro quando comparados aos da produção ilegal, o produtor honesto sofre uma competição inviável

de colocar o número suficiente de fiscais para cobrir toda aquela extensão de forma minimamente satisfatória”, explica Mauro Armelin, do WWF-Brasil.

Os ritos da produção legal de madeira determinam que, após elaborar um plano de manejo e aprová-lo na Secretaria de Meio Ambiente do estado produtor, é necessário preparar um Plano Operacional Anual (POA), que determina a quantidade de madeira a ser cortada e transportada anualmente. Por fim, é gerado o Documento de Origem Florestal (DOF), que registra a quantidade e descrição de espécies que serão cortadas. Esse documento é utilizado em todas as etapas de produção e comercialização para checar se o que o órgão do governo aprovou corresponde ao que está sendo transportado ao longo da cadeia. [1]

Em geral, os produtores ilegais nem fazem o plano de manejo, apenas compram o documento falso que comprova a suposta origem legal da atividade irregular.

Outra forma de “esquentar” a madeira é inflar o rendimento nas serrarias. O sistema de controle do governo considera que metade das toras é convertida em pranchas, o restante é resíduo. “Mas, na prática, o rendimento é menor, cerca de 30% a 40%, principalmente se a serraria tem estrutura e equipamentos precários. Para alcançar os 50%, madeira de origem desconhecida é serrada e somada à produção legal que está documentada. É mais uma brecha para que a madeira sem exploração autorizada entre no sistema legal”, aponta Malu Villela, coordenadora da **Rede Amigos da Amazônia**.

Há ainda outra dificuldade. A maioria dos estados brasileiros utiliza o sistema DOF, que é federal, enquanto Pará e Mato Grosso adotam o Sisflora – que tem algumas características que não correspondem às informações do DOF –, o que prejudica o rastreamento de informações entre o estado produtor e o consumidor da madeira.

Sem a fiscalização efetiva, essas fraudes não são detectadas. Um dos principais problemas é a falta de pessoal treinado para identificar a falsificação dos documentos, diz Malu. Segundo ela, há apenas três policiais federais com a especialização necessária trabalhando em todo o Pará. “Há muitas espécies de árvores semelhantes comercializadas no Brasil. Sem preparo adequado, o policial pode não saber checar se as características

apontadas no DOF correspondem à carga fiscalizada nas estradas”, explica.

Juntas-se a isso o sistema de propina. No final de 2010, oito servidores da Secretaria do Meio Ambiente do Pará foram presos por integrarem um esquema de suborno envolvendo desmatamento ilegal. O diretor do Centro de Programas de Uso Sustentável da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, Carlos Beduschi, confirma que já presenciou casos de fiscais paulistas que encontraram cargas irregulares aprovadas anteriormente por postos fora do estado.

Procurado pela reportagem, o Ibama assume a deficiência de pessoal nos trabalhos de orientação e fiscalização da atividade. “Faltam definição formal de um plano de carreira e concursos para contratar mais gente habilitada a tratar desses rastreamentos. Ainda atuamos com técnicos contratados por curto espaço de tempo e há troca frequente de profissionais capacitados, prejudicando os trabalhos”, diz Carlos Fabiano, coordenador-geral de Autorização do Uso da Flora e Floresta da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do órgão.

Já as Secretarias de Meio Ambiente do Pará e de Mato Grosso não responderam aos pedidos de entrevista até o fechamento desta edição.

O Brasil é o maior consumidor de madeira no mundo. E, com os grandes projetos como Copa do Mundo, Olimpíadas e programas habitacionais como Minha Casa, Minha Vida, essa quantidade tende a aumentar e tornar o governo o principal comprador de madeira no País. Como garantir que os próprios órgãos públicos compram apenas madeira de origem legal?

TENTATIVAS DE COMBATE

Armelin, do WWF-Brasil, cita o estado de São Paulo, maior consumidor de madeira do Brasil, como caso de sucesso de aprimoramento dos sistemas de rastreamento. O governo do estado criou o Cadmadeira – um cadastro estadual das pessoas jurídicas que comercializam madeira nativa dentro do estado – para aumentar a transparência e controle das compras públicas, e orientar as empresas a se regularizarem. Metade dos empresários que inicia o cadastro consegue a regularização e recebe um selo.



“Boa parte desses empresários não está regular por falta de especialização sobre as regras e os requisitos para atividade legal. Além de fiscalizar e punir, é papel do governo conduzi-los à atividade regulamentada, por isso também orientamos sobre como se regularizar”, diz Carlos Beduschi, da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.

O mecanismo é regulamentado pelo Decreto nº 53.047, de 2008, segundo o qual as empresas que comercializam madeira no Estado devem estar cadastradas no Cadmadeira. Mas não é possível garantir que todos respeitem a regra. “É difícil saber se todas as entidades que pertencem ao governo do estado estão cumprindo essa determinação. Não posso responder se todas já estão comprando via Cadmadeira”, afirma Beduschi.

A Caixa Econômica Federal é um dos principais agentes financeiros da construção civil no País e criou um mecanismo para favorecer a compra de madeira rastreada, o Ação Madeira Legal, que consiste na exigência de documentação que comprove a regularidade da origem e transporte da madeira utilizada em projetos financiados. Questionada se todos os contratos financiados participam da ação, a Caixa não respondeu a PÁGINA22. Apenas informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que o projeto visa incentivar “o mercado madeireiro responsável, desestimulando os desmatamentos”.

Uma crítica comum entre os empresários do setor é a lentidão dos processos de concessões públicas das florestas, ou seja, o direito de manejar a área que pertence à União. A Floresta Nacional do Jamarí, em Rondônia, por exemplo, assinou os primeiros contratos em setembro de 2008, mas a atividade madeireira de fato começou apenas dois anos depois, segundo o Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

“A regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas foi demorada”, admite o diretor-geral do SFB, Antônio Carlos Hummel. “Mas melhorar a eficiência e eficácia de todo o processo é uma meta do SFB. Podemos, por exemplo, reduzir o tempo de aprovação do plano de manejo florestal sustentável e do Plano Operacional Anual. O cidadão tem todo o direito de cobrar do Estado melhoria dos serviços públicos, e isso inclui a concessão florestal”, justifica.

Ainda como forma de combater a ilegalidade, uma saída é estimular a certificação, que assegura o cumprimento de critérios socioambientais no processo produtivo, mas tem custos que tornam o produtor ilegal muito mais competitivo em termos de preço.

“A madeira certificada acaba sendo naturalmente mais cara e perde incentivo para produzir corretamente na competição de custos”, afirma Fabiola Zerbini, secretária-executiva do FSC Brasil.

Quem trabalha de forma ilegal em média tem metade dos custos em relação à legalidade, explica Waack, da Amata. No entanto, o valor de mercado de seu produto é equivalente aos custos de produção, o que torna concorrência econômica inviável a quem atua de forma legal.

O consumidor pode contribuir no combate a esse problema dando preferência a produtos de madeira certificada. Infelizmente, a falta de conscientização ainda é grande, segundo Rosângela Guimarães, diretora-executiva da Cikel, uma empresa de Curitiba que também atua na área de manejo florestal. “As pessoas compram madeira pouco preocupadas com sua procedência. O mercado não diferencia quem possui selo verde de quem não tem. O que define a compra, no final, é o preço e a qualidade.”

Rede coordenada pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da FGV (GVceapg), tem como objetivos produzir conhecimento sobre modelos sustentáveis para a Amazônia, monitorar políticas e práticas e ampliar o diálogo entre empresas, governos e sociedade civil sobre o assunto

[1] Leia mais no livro *Madeira de Ponta a Ponta – O caminho desde a floresta até o consumo*, realizado pelo GVces e GVceapg

A Terra como **tabuleiro** | Ao longo de 2012, vários chamados serão feitos por um jogo que vai unir um terço da humanidade para mudar o mundo para melhor – e será divertido **POR THAÍS HERRERO**

"**A**brace a primeira pessoa que você encontrar" é a mensagem que aparece no celular de um universitário quando sai da aula. Como o remetente é um colega que adora distribuir abraços por aí, ele aceita a proposta. No dia seguinte, pelo Facebook, outro amigo o convida para uma manifestação em defesa da Amazônia. Uma semana depois, a convocação é para limpar uma praça. Ele se lembra da ONG que trabalha com catadores de lixo e propõe uma parceria. Em todos os casos, o jovem viu nas ruas mais pessoas cumprindo as tarefas e, na internet, mensagens e fotos sobre os eventos.

Ele descobriu, então, que tudo era parte de um jogo mundial, que começava no contato virtual e ganhava a vida real. As ações somavam pontos e tinham a finalidade de fazer o bem para a comunidade.

Essa história ainda não aconteceu, mas é o objetivo do tal jogo, que está realmente em construção. Por trás da iniciativa estão o santista Edgard Gouveia Júnior, que o chamou de "Play The Call". "Eu sonhava em fazer algo que transformasse o mundo e unisse todos, de intelectuais e empresários a comunidades carentes. Percebi que, para ser atrativo, deveria ser divertido, porque, no fundo, ninguém quer se sacrificar e nem precisa ser

um herói", explica. Ser divertido, então, é uma das cinco regras do jogo – definidas como os "cinco *efes*". Além de divertidas (*fun*), devem ser grátis (*free*), rápidas (*fast*), espetaculares (*fantastic*) e amigáveis (*friendly*).

O Play The Call não terá vencedores nem partida final, mas a meta é clara: em quatro anos, unir 2 bilhões de pessoas para construir um novo mundo, seguindo os princípios da **Carta da Terra**. "Esse documento é o sonho de lugar em que queremos viver e achei ideal para ser nosso guia", diz Edgard. A plataforma on-line provisória do jogo é playthecall.com.

Os jogadores realizarão tarefas e podem convocar mais participantes, até que tenham pontos suficientes para ir para a fase 2, para delegar ações. As tarefas devem ter ao menos três das cinco regras.

Edgard tem no currículo uma experiência em menor escala, mas serve de prova de que o Play The Call dará certo. Em 2009, liderou o projeto Oásis Santa Catarina, que reuniu universitários brasileiros nas cidades do Vale do Itajaí atingidas por inundações no ano anterior. Os jovens se articularam por um site e, depois, cerca de 600 foram a campo agir. Lá, reconstruíram espaços públicos e ajudaram a população a recuperar a autoestima. "Vi que o jogo poderia ser feito, porque há gente

disposta a fazer o bem. Fizemos em cinco dias o que as autoridades não tinham feito em seis meses", conta. (Confira no site tedxamazonia.com.br um vídeo em que Edgard conta sobre essa experiência)

Inspirado no Oásis SC, Edgard construiu o Play The Call com muitas mãos, durante a viagem de ano sabático que fez dois anos atrás. Espalhou a semente do jogo em países como Suécia, Índia, Nova Zelândia, Vietnã e Inglaterra, e sempre encontrou interessados e entusiastas. Ao longo de 2012, continuará levando a ideia, começando por palestras nos Estados Unidos, na Universidade Harvard. No Brasil, no fim de 2011, ele se reuniu com cerca de 200 pessoas em uma oficina de criação coletiva. De lá saiu a ideia de começar alguns protótipos este ano para testar e iniciar aos poucos as campanhas do Play The Call.

O primeiro teste será jogado pela rede Escoteiros do Brasil a partir de março, e finalizado durante a Rio+20. Até lá, 20 mil jovens vão receber 12 chamados com desafios de nível individual (por exemplo, como diminuir o volume de lixo descartado em casa) e coletivo. A tarefa final será construir casas ecológicas em cinco comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro.

Outra campanha-teste para todo o País começa em fevereiro com ações que serão colocadas no site e fomentadas no Facebook e no Twitter. Além disso, as ações que já têm três dos cinco *efes* podem ser relacionadas ao Play The Call nas redes sociais. Quem oferecer caronas, no Dia Mundial Sem Carro, por exemplo, pode divulgar como #PlayTheCall. "A ideia é ter movimentos para que, quando o jogo for lançado oficialmente, muitas pessoas já o conheçam", diz Edgard.

O botão de "play" oficial tem data marcada para ser apertado: 21 de dezembro de 2012, propositalmente o dia das previsões apocalípticas para o fim do mundo. "Na noite do dia 20, vamos organizar festas em vários países para marcar o fim desse mundo que conhecemos e a celebração do novo, que começará e será o que sonhamos, construído com ajuda do jogo".

Amarra o teu arado a uma **estrela** | Se acessar recursos, tecnologia, mercados e boa infraestrutura, o pequeno agricultor responderá à segurança alimentar, com produção de qualidade e desenvolvimento socioambiental **LEEWARD WANG***

Em 31 de outubro de 2011, o nascimento do sétimo bilionésimo habitante do mundo fez acender luzes amarelas sobre a segurança alimentar – assunto que vem ganhando cores dramáticas, como na severa crise que atingiu milhões no Chifre da África. Diagnósticos evidenciam, entretanto, que o problema da fome não está na produção para atender à crescente demanda – a questão, na verdade, é de acesso.

Dependendo do modelo de produção no qual nos baseamos, é viável pensar que temos capacidade de alimentar 7, 8 ou 9 bilhões de pessoas. O caminho está no desenvolvimento de modelos baseados na agricultura familiar. Essa mensagem apareceu claramente na mais recente experiência da Formação Integrada para Sustentabilidade (FIS), disciplina eletiva da FGV-Eaes, em que alunos visitaram produtores no interior do estado São Paulo e em Mato Grosso para responder ao desafio de estruturar um fundo de apoio ao pequeno agricultor. A FIS baseia-se em um processo formativo transdisciplinar, por meio do qual os alunos fazem pesquisas de campo e consultam especialistas para investigar um desafio real.

Em campo, os alunos puderam ver como os **agricultores familiares**, ancorados na produção diversificada de pequeno porte, promovem a circulação regional e o abastecimento alimentar descentralizado, o que tende a facilitar o acesso ao alimento e a diminuir eventuais desperdícios. Apesar de sua importância, esse ator não recebe a atenção que merece. Da mesma forma que o acesso é o maior entrave na questão da segurança alimentar, também é o maior obstáculo desses agricultores, no que diz respeito a terra, mercado, informação, financiamento, cidadania, educação, saúde, técnicas de cultivo, tecnologia, lazer, entre outros. Apesar dos esforços das políticas



públicas voltadas para o pequeno produtor, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o passivo histórico, a falta de capital humano e social e a ausência de estrutura no espaço rural ainda são muito grandes, inibindo uma produção de qualidade, quantidade e frequência necessárias para abastecer escolas e mercados.

Ainda vale lembrar a dureza da vida no campo, onde se trabalha de sol a sol, de segunda a segunda, e em que são necessários conhecimentos de agronomia, economia, gestão, meteorologia, conservação do solo, recursos hídricos. Um trabalho, enfim, nada fácil e bem pouco reconhecido. Diante dessas condições de vida no meio rural e dos apelos da vida urbana, os jovens hoje têm pouco interesse em prosseguir com as atividades de seus pais, agravando o êxodo rural e deixando uma lacuna entre as gerações.

Medidas para tornar esse ofício menos duro, atrair e fixar o jovem na profissão são urgentes para a continuidade e o desenvolvimento da agricultura familiar. É fundamental um esforço de reconhecimento das atividades rurais em busca de uma real percepção do valor desse trabalho, além de investimento público em P&D voltado para essa agricultura. Cabe ressaltar a multifuncionalidade dos agricultores

familiares, que, além de produzir energia, fibra e alimento, são responsáveis pela conservação do intangível cultural do campo. Com um olhar de oportunidades, também podem ser responsáveis pela prestação de serviços ambientais.

Para isso, será preciso construir as pontes entre essa população e os recursos disponíveis. Nesse sentido, os alunos da FIS propuseram a criação de um fundo de apoio que visa conectar instituições, atores e os programas existentes aos pequenos produtores e, assim, promover a formação de um tecido social rural que garanta o desenvolvimento no campo.

Outro ponto destacado pela proposta é o resgate da relação cidade-campo, que seria estimulado por meio do turismo rural, intercâmbios entre produtores, feiras e eventos. Também se torna essencial trabalhar os hábitos de consumo da vida urbana, a fim de compreendermos o valor e o benefício dos modelos de produção da agricultura familiar e sua importância para a sociedade.

Para fazer frente a tantos desafios, a metade vazia desse copo deve ser percebida como uma grande oportunidade. Uma chance para produzirmos alimentos com diversidade e qualidade, promover desenvolvimento rural e criar possíveis soluções ambientais – o que nos faria compreender melhor a contribuição desses 4 milhões de famílias no desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

* PESQUISADOR DO GVCES. COLABORARAM: CAROLINA SCHIESARI, MARCELO FALCIANO E GUSTAVO EIRAS, ALUNOS DA FIS



Seis passos para entender Belo Monte

POR CAROLINA DERIVI IMAGENS 3D RICK BRUNHARO TRATAMENTO DE IMAGEM MARCIUS MARQUES



“Se algo não puder ser expresso em números, não é ciência. É opinião.” Com todo respeito ao escritor americano Robert Heinlein, autor desta frase, sua análise parece incompleta. O que falta é a admissão de que a ciência não é apolítica. Assim como no debate público sobre a Usina de Belo Monte, fervoroso no fim do ano passado, em que interlocutores do time A ou do time B se apropriaram de dados técnicos para invalidar visões contrárias.

É importante lembrar que em ambos os lados dessa polêmica há cientistas suficientemente gabaritados para desbancar seus oponentes. Todos os números que você vê por aí – inclusive os apresentados nesta reportagem – são passíveis de contestação. Talvez a mais importante descoberta para quem busca se posicionar sobre o assunto é a de que existem muito mais dúvidas do que certezas em torno de Belo Monte.

A seguir, apresentamos o melhor de nossos esforços para esclarecer os principais pontos desse debate de forma equilibrada e – como não poderia deixar de ser – sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável. Ao final, espera-se que o leitor entenda que toda essa discussão técnica é, sim, uma questão de opinião. Ainda bem, já que opinião pressupõe escolha, como aquelas grandes escolhas que sociedades democráticas são convidadas a fazer de tempos em tempos.

Espaço jurídico em que consumidores corporativos podem escolher seus fornecedores, negociando contratos livremente

[O CUSTO-BENEFÍCIO]

1 – BELO MONTE É CARA OU BARATA?

Em cinco anos, o orçamento avançou em mais de R\$ 20 bilhões

Você provavelmente já ouviu os argumentos antagônicos. Há quem defenda que a energia hidrelétrica ainda é a modalidade de geração mais barata entre as renováveis. E há quem diga que o custo final desta usina em particular deverá ser exorbitante se comparado à energia efetivamente produzida, da ordem de 4,4 mil megawatts/hora, em média, ou cerca de 40% da capacidade instalada.

Um primeiro passo é definir qual critério se deseja usar: o preço final da energia negociada ou o custo de investimento. O primeiro, definido em leilão, no ano passado, foi estipulado em R\$ 78 por kilowatt/hora. Esse valor é ligeiramente inferior à média nacional, de R\$ 80, e bastante vantajoso se comparado à média da energia eólica, de R\$ 100.

No entanto, críticos do projeto argumentam que esse preço não remunera o capital investido. Sintoma-

ticamente, a empresa Norte Energia, ganhadora do leilão, já fala em vender 20% da energia de Belo Monte ao mercado livre, com preços mais elevados.

O problema é que o preço oficial foi balizado por um orçamento de R\$ 19 bilhões, aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Entretanto, a empresa já atualizou as contas para R\$ 26 bilhões. Se considerarmos que essa estimativa era de R\$ 4,5 bilhões em 2006, trata-se de um avanço de mais de R\$ 20 bi em apenas seis anos.

A facilidade com que as cifras engordam levanta a suspeita de que empreendedores e governo possam ter calculado mal a complexidade e, conseqüentemente, o custo de toda essa operação. Quando ocorreu a aprovação do orçamento pelo TCU, em 2010, houve um acréscimo R\$ 2,2 bilhões sob a justificativa de que os custos de logística e manutenção do canteiro de obras haviam sido “subestimados”.

Desde o último salto, as explicações são mais nebulosas. O presidente da Norte Energia, Carlos Nascimento, alega que o aumento de quase 40% é resultado de atualização em índices de preço que orientam o mercado. A justificativa causa espécie em um ano em que a inflação oficial não passou de 6,5%.

O número mais propalado quando se fala no custo de investimento de Belo Monte é de R\$ 30 bilhões. Essa estimativa veio de empreiteiras, grupos de investimento e técnicos ouvidos pela imprensa ao tempo do leilão. Se a previsão se confirmar, Belo Monte será a hidrelétrica mais cara e proporcionalmente menos produtiva da história brasileira.

Em relação ao custo, Belo Monte poderá ser a hidrelétrica menos produtiva da história brasileira



2– A POTÊNCIA DE BELO MONTE É SATISFATÓRIA?

Quanto mais o projeto se adaptou para reduzir o impacto ambiental direto, mais passível de questionamento técnico e econômico se tornou

O fator potência também pode ser avaliado de diferentes ângulos. O físico Luiz Pinguelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobrás, costuma lembrar que nenhuma usina opera no total de sua capacidade o tempo todo e que a potência firme de Belo Monte – 40% da potência instalada – não está assim tão distante da média das hidrelétricas brasileiras, de pouco mais de 50%.

“A operação de Belo Monte não pode ser vista isoladamente (...) Quando Belo Monte gerar 11 GW, ela vai economizar água em reservatórios de outras usinas, que reduzirão sua geração. E essa água guardada permitirá gerar energia adicional nessas usinas”, disse ainda o professor, em artigo publicado no jornal *O Globo*.

Outra maneira de interpretar esses mesmos números é dizer que Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo, mas com produtividade muito inferior ao que seria esperado de uma grande usina, a um custo elevado. É senso comum no mercado que a potência firme precisa girar em torno de 55%, no mínimo, para que a rentabilidade da geração seja considerada segura. Foi a incerteza sobre a viabilidade econômica que levou o consórcio liderado por Odebrecht e Camargo Corrêa a desistir do leilão. E essa mesma insegurança impele o governo a distribuir benesses, como o desconto de 75% no imposto de renda durante 30 anos e o financiamento de até 80% do custo total do projeto pelo BNDES.

A baixa potência tem estreita relação com o licenciamento ambiental. A reformulação do projeto para transformar Belo Monte numa usina do tipo fio d’água foi essencial para destravar o processo, embargado pelo Supremo Tribunal Federal desde 2002. Até então, estavam previstas quatro usinas que causariam a inundação de terras indígenas.

Quanto mais o projeto se adaptou para reduzir o impacto ambiental direto, mais passível de questionamento técnico e econômico se tornou. O reduzido controle sobre a vazão do rio levou à queda na potência firme, enquanto o orçamento só fez subir. Mas mesmo a projeção de 40% é insegura, porque nunca se viu uma usina a fio d’água com essas proporções. Até hoje, essa tecnologia é típica de hidrelétricas menores e rios de vazão regular, o que não é o caso do Xingu.

Especialistas críticos ao projeto, como o professor Célio Bermann, da USP, e o professor Oswaldo Sevá, da Unicamp, acreditam que as demais usinas previstas no projeto original serão retomadas tão logo Belo Monte esteja concluída. O acúmulo de reservatórios no Rio

Xingu permitiria maior produtividade energética, com impactos socioambientais igualmente maiores.

[O CUSTO SOCIOAMBIENTAL]

3 – OS ÍNDIOS SERÃO ATINGIDOS?

Dado o imeditismo do projeto, é impossível garantir que a vida de quem depende da floresta continuará a mesma

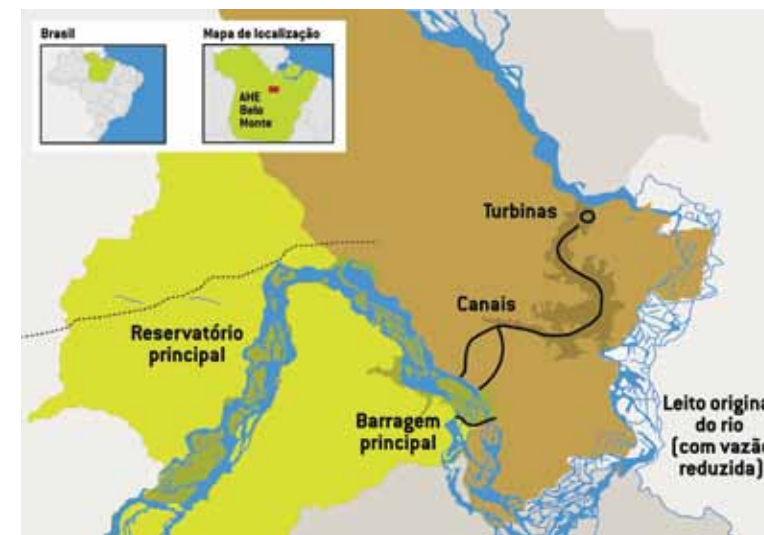
O dois lados da polêmica respondem “sim” e “não” para essa mesma pergunta. Isso acontece porque há diferentes interpretações sobre o que significa ser “atingido”. Como não haverá inundação ou obras no interior das terras indígenas, governo e empreendedores consideram que o impacto direto seja inexistente.

Os procuradores do Ministério Público Federal do Pará discordam dessa interpretação. As principais preocupações dizem respeito à navegabilidade do rio e à disponibilidade de peixes, especialmente na região conhecida como Volta Grande do Xingu e chamada tecnicamente de Trecho de Vazão Reduzida. É ali que vivem os Juruna, da Terra Indígena Paquiçamba, e o povo Arara.

Nesse trecho do rio, em formato de ferradura, o projeto prevê um desvio das águas por meio de canais diretamente até o Sítio Belo Monte, na outra ponta da ferradura, onde serão instaladas as turbinas (veja mapa). Projeções contidas no estudo de viabilidade (Eletrobrás/Eletronorte, 2002) mostram que a vazão mínima proposta para a Volta Grande é muito inferior aos recordes históricos de seca verificados com a oscilação natural do rio.

A solução encontrada pelo Ibama foi estabelecer um “hidrograma de consenso” que admite um período de

Tecnologia que reduz ou elimina a necessidade de reservatório



teste de seis anos, ao cabo dos quais se verificará se todos os ecossistemas daquela região serão capazes de suportar a interferência no rio. A proposta de teste demonstra que, dado o ineditismo do projeto, é impossível garantir que a vida de quem depende da floresta continuará a mesma – aí se incluem também as populações ribeirinhas.

Trata-se de uma região de floresta de aluvião, cujo equilíbrio ecológico depende do alagamento sazonal. A Bacia do Xingu é habitada por 24 etnias que ocupam 30 Terras Indígenas, 18 no Pará e 12 em Mato Grosso.

O maior temor é que, caso os indígenas da Volta Grande fiquem isolados em algum período do ano por falta de navegabilidade, e caso o impacto ambiental afete espécies animais e vegetais necessárias à sua sobrevivência e aos seus rituais, a terra ancestral se tornará imprestável, ainda que não haja inundação. Foi essa imprevisibilidade que levou o Ministério Público Federal a mover nove ações civis públicas, valendo-se do preceito constitucional de que os índios deveriam ser consultados sobre obras que afetam suas terras e suas vidas.

Outras ameaças incluem pressão por desmatamento, migração de não índios, conflitos fundiários e epidemias como malária e dengue. Para evitá-las, o Ibama definiu condicionantes, entre elas a demarcação e a proteção de terras indígenas contra invasões. Recentemente, o MPF requereu informações à Norte Energia sobre o andamento das medidas. Até o momento, não há notícias de que alguma delas tenha sido inteiramente concluída.

4 – A POPULAÇÃO LOCAL SERÁ BENEFICIADA?

É exatamente a expectativa de progresso que atrai milhares de migrantes para os arredores de grandes obras na Amazônia

Em dezembro passado, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, causou repercussão ao afirmar que a população de **Altamira** teria ganhado “um bilhete premiado da loteria”, graças à construção de Belo Monte.

Tolmasquim fazia referência aos R\$ 3,5 bilhões previstos no projeto para compensação socioambiental e que devem ser aplicados em segurança, infraestrutura, melhora nos serviços de saúde e educação, entre outros itens. Na ocasião, o representante do governo federal teria dito que o montante corresponde a “sete vezes o orçamento do Pará inteiro”. No entanto, a previsão orçamentária paraense para 2012 é de R\$ 13 bilhões.

Seja como for, um olhar mais completo sobre essa questão impõe cautela. É exatamente a expectativa de investimentos, de progresso e emprego que invariavelmente atrai milhares de migrantes para os arredores de grandes obras na Amazônia. A Estatal Eletronorte, que formulou os estudos de viabilidade de Belo Monte,

previa um fluxo migratório de 96 mil pessoas. Essa estimativa equivale a dobrar a população atual de Altamira.

Isso significa também dobrar as demandas sociais e, eventualmente, os problemas. O processo típico em torno de um grande canteiro de obras na Amazônia vem acompanhado de invasão de terras públicas, desmatamento acentuado, inflação – em especial, dos preços de moradia –, superlotação de hospitais, falta de vagas nas escolas, aumento da criminalidade, e assim por diante. *(saiba mais na reportagem “Caravana sem fim”, edição 39)*

A única maneira de evitar ou mitigar os efeitos do inchaço populacional seria antecipar medidas compensatórias, com planejamento, muito antes que os operários dessem início aos trabalhos. Belo Monte não inovou nesse aspecto. Os investimentos necessários são projetados para o futuro na forma de condicionantes, estabelecidas pelo Ibama em suas licenças. A maioria delas ainda está em andamento, enquanto a migração se processa no presente.

[O CUSTO-OPORTUNIDADE]

5 – HÁ ALTERNATIVAS PARA BELO MONTE?

Os dilemas não dizem respeito a apenas uma usina, mas ao planejamento energético nacional

Uma resposta simplista, porém formalmente correta, poderia ser: chuveiro. Apenas os chuveiros elétricos sugam cerca de 5% do consumo nacional de eletricidade. Se houvesse uma política pública para eliminar progressivamente esses aparelhos e incentivos para substituí-los preferencialmente por energia solar térmica, o saldo de watts seria superior ao que Belo Monte será capaz de produzir.

Mas o mesmo também poderia ser dito da repotenciação de usinas já existentes, com mais de 20 anos, cujo potencial estimado é de 15 mil MW. Ou, ainda, da energia eólica, que, embora no Brasil não conte com os mesmos subsídios generosos destinados a hidrelétricas, está se tornando cada vez mais competitiva.

Se levarmos em conta apenas os números específicos, seria possível substituir Belo Monte por um monte de outras coisas. Mas a questão aqui é que os dilemas não dizem respeito a apenas uma usina. O mais recente Plano Nacional de Expansão (PNE) prevê 60% de aumento no consumo de energia para os próximos dez anos. Nesse cenário, todas as medidas mencionadas acima, inclusive novas hidrelétricas, seriam necessárias.

O cerne da oposição da sociedade civil à política energética brasileira tem a ver com planejamento. O argumento é de que o País deveria considerar primeiro as *low hanging fruits*, ou seja, as medidas mais fáceis e de retorno mais imediato, que consistem basicamente em

aumentar a eficiência de todo o sistema. Para se ter uma ideia, 16% de toda a energia produzida no País se perde ao longo da transmissão e da distribuição. Neste caso, o custo-opportunidade é que, enquanto se investe algo como R\$ 30 bilhões em uma única hidrelétrica, de baixa produtividade, outras possibilidades perdem envergadura.

A pergunta deste tópico é a mais difícil de responder, porque coloca o leitor leigo – e nós, jornalistas, também – como reféns de dados técnicos embasados, mas opostos. O que sobressai é política, é a escolha. O estudo *Cenário Elétrico Sustentável 2020*, produzido por pesquisadores da Unicamp e publicado pelo WWF, em 2006, aponta que 38% do consumo nacional de energia em 2020 poderia ser satisfeito apenas com medidas de eficiência. Já o PDE aposta sobremaneira na expansão do parque elétrico, para aumentar a produção em 55%. Quem tem razão?

6 – E O QUE O ALUMÍNIO TEM A VER COM TUDO ISSO?

No Brasil, seis setores industriais consomem 30% da energia produzida

Como se a drástica redução das emissões de gases de efeito estufa já não fosse desafiadora o bastante, as políticas energéticas e climáticas em todo o mundo estão basicamente centradas na oferta. Isso torna tudo muito mais difícil, porque a substituição de fontes poluidoras por renováveis demanda tempo e tecnologia. Por essa razão, organizações da sociedade civil e *think tanks* cada vez mais clamam por uma revisão do perfil da demanda. Afinal, para que usamos tanta energia?

Só o planejamento mitigaria os efeitos do inchaço populacional da obra. Belo Monte não inovou nesse aspecto

No Brasil, seis setores industriais consomem 30% da energia produzida. São as indústrias eletrointensivas, entre as quais se destacam alumínio, cimento e celulose. A título de comparação, uma tonelada de alumínio demanda o equivalente a 70 vezes o consumo mensal de eletricidade em um domicílio de classe média. As projeções de aumento exponencial de consumo energético do PDE passam ao largo de discutir se seria ou não desejável dobrar a produção de alumínio no Brasil nos próximos dez anos, conforme também se projeta.

Mas a discussão é pertinente. O quadro de reprimarização da economia brasileira (*mais na Análise “Deitada em berço primário”, de Ricardo Abramovay, edição 58*) faz parte de um processo global iniciado nos anos 80. Conforme os problemas ambientais foram se tornando mais prementes e incômodos, os países de alto desenvolvimento passaram a “exportar” as indústrias ambientalmente indesejáveis – entre as quais as eletrointensivas – para o Sul global. O Japão, por exemplo, reduziu sua produção doméstica de alumínio, de 1,6 milhão de toneladas em 1980 para apenas 30 mil toneladas. ■

Principal cidade na área de influência da usina





RAFAEL MURTA



FABIANO FACÓ



JULIANA MALDONADO



BRUNA MAGALHÃES FERREIRA

Occupy a capa


A capa de nossa edição anterior convidou à reflexão quem se deparasse com seu provocador espaço em branco. Chamamos os leitores a dar voz – ou melhor, cores e letras – a esse espaço com seus desejos de transformação. Tão variadas quanto as respostas são as formas de expressá-las, mas sempre com um ponto em comum: um mundo melhor para todos. Da esquerda para a direita, as autorias: Rafael Murta Reis, Fabiano Facó, Juliana Maldonado e Bruna Magalhães Ferreira. – POR THAÍS HERRERO 22



A GENTE ADORA PASSAR DESPERCEBIDO PELO MENOS 400 MILHÕES DE VEZES POR DIA.

Produzimos mais de 150 bilhões de embalagens por ano em todo o mundo, para cerca de 2.000 importantes empresas de alimentos. Isso significa que ao menos 400 milhões de embalagens são consumidas em um dia, muitas delas em mesas de café da manhã. Cada uma das embalagens é desenhada especialmente para proteger os alimentos. E as pessoas nem percebem. Elas já têm certeza de que, dentro de cada embalagem, encontrarão exatamente o que esperam: um alimento saudável e protegido, seja qual for a marca escolhida. **Esse é o nosso trabalho. Esse é o Círculo da Proteção.**





Marlene Depolito Santi,
consultora Natura e tesoureira
da Rede Feminina de Combate
ao Câncer, São Caetano do
Sul, SP.



Descobrir novas formas de gestão dos recursos da entidade. Começar a investir na informação sobre os direitos das pessoas com câncer. Muito mais gente consciente e vivendo melhor. **Alguém tem que começar, alguém tem que acolher. Por todos os cantos do Brasil, existem consultores e consultoras Natura que, com suas ideias e ações, estão transformando a realidade** em que vivem e começam a escrever uma nova história. A Natura acredita no poder dessas iniciativas. Por isso criou o Programa Acolher que identifica e apoia ações sociais desenvolvidas por nossa rede em todo o país. Ações que inspiram outras ações e que, cada uma a seu modo, têm o mesmo objetivo: transformar o mundo em um lugar melhor.